



Foto: Lúcia Helena de Oliveira Wadt

Capítulo 2

Acre

Roberto Porro

Fernanda Lopes da Fonseca

Judson Ferreira Valentim

Eduardo Luiz Damiani Goyos Carlini



Encarte das
microrregiões
geográficas do
estado do Acre

2.1

Contextualização

O estado do Acre, antes território pertencente à Bolívia, foi incorporado ao Brasil em 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, passando a ser o Território Federal do Acre a partir de 1904. Em 1962, após longa batalha legislativa, passou à categoria de estado da Federação. O Acre está situado no extremo sudoeste da Amazônia brasileira, entre as latitudes de 07°06'56"S e 11°08'41"S e as longitudes de 66°36'41"W e 73°48'05"W. Sua superfície territorial é de 164.173 km², representando cerca de 1,79% do território brasileiro e 3,26% da Amazônia Legal (IBGE, 2024a). Dividido em 22 municípios e 5 microrregiões geográficas, o estado faz fronteiras internacionais com o Peru e a Bolívia e nacionais com os estados do Amazonas e de Rondônia.

O Acre possui aproximadamente 85% de sua cobertura florestal conservada, sendo que 48,1% do território se encontra sob a forma de áreas naturais protegidas, tais como terras indígenas e unidades de conservação. A cobertura vegetal original do Acre consistia predominantemente de florestas abertas com bambu e palmeiras e de florestas densas. A vegetação no Acre se destaca entre aquelas com maior biodiversidade no planeta, decorrente da interação do clima equatorial (com temperaturas elevadas e grande umidade, características da região) com a diversidade de tipologias de solos, além de sua extensa rede hidrográfica,

22
municípios

5
microrregiões
geográficas

85%
de cobertura
florestal
conservada

onde se localizam as cabeceiras de diversos afluentes à margem direita do rio Amazonas (Acre, 2010a).

As unidades de conservação (UC) de uso sustentável totalizam 3.835.080 ha, o que corresponde a 23,4% do território do estado, e compreendem as reservas extrativistas (16,6%) e as florestas nacionais e estaduais (6,8%). Já as terras indígenas somam cerca de 3,1 milhões de hectares, correspondendo a 18,8% da área total do território.

Atualmente o estado do Acre apresenta 1.960.954 ha em áreas de projetos de assentamento nas diversas categorias, o equivalente a 12% de suas terras. Além dos assentamentos convencionais de reforma agrária, ocorrem no Acre outras modalidades, como os projetos de assentamento dirigido (PAD), projeto de desenvolvimento sustentável (PDS), projeto de assentamento florestal (PAF) e projetos municipais e estaduais denominados Polo Agroflorestal (PE). As zonas regionais de desenvolvimento Alto Acre e Baixo Acre apresentam a maior concentração de projetos de assentamento, os maiores centros urbanos e os maiores latifúndios, sendo também servidas de estradas, pavimentadas ou não, que permitem o acesso durante praticamente o ano todo.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2010a), a população acreana é de 830.018 habitantes, ocupando a 25ª posição no Brasil e a 5ª na região Norte. Predomina a população urbana (74%), estando mais da metade da população total concentrada na capital, Rio Branco, (44%) e no município de Cruzeiro do Sul (11%). Dados do

Censo Demográfico de 2010 indicavam uma ligeira maioria do sexo masculino (50,2%) e a distribuição etária da população nos seguintes percentuais: 60% na faixa etária de jovens e adultos (indivíduos de 15 a 59 anos), 34% na de crianças (0 a 14 anos) e apenas 6% na de idosos (60 anos e mais) (IBGE, 2010a).

Na área social, o Acre ocupa a 16ª posição no ranking nacional de desenvolvimento humano (Atlas.Br, 2021), sendo o 2º melhor da região Norte. Apresenta uma população em idade de trabalhar de 685.000 pessoas (83%) e um percentual de ocupação de 46,4%, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua Trimestral (4º trimestre de 2022). Em 2021, o número de empregos formais foi de 142.490, e a remuneração média do trabalho formal era de R\$ 4.192,80 (Brasil, 2021). Segundo o IBGE (2024a), em 2023, 13,2% da população do Acre estava em situação de extrema pobreza e 51,55% viviam em situação de pobreza, dependendo de programas governamentais de complementação de renda.

Diferentes trajetórias sociais de povos indígenas, seringueiros (migrantes do Nordeste), regatões (sírios e libaneses), ribeirinhos e sulistas participam do processo de construção da identidade acreana. Os povos originários do Acre representam 3,82% da população. Os municípios de Feijó, Santa Rosa do Purus, Jordão, Tarauacá, Marechal Thaumaturgo e Mâncio Lima concentram mais de 70% das comunidades indígenas. Estas comunidades estão representadas por 15 povos ou etnias, que hoje participam ativamente da vida

política, cultural e econômica do estado, com lideranças reconhecidas no País e internacionalmente (Acre, 2023).

Os povos indígenas e comunidades tradicionais do Acre possuem um vínculo ancestral com a Floresta Amazônica, desenvolvendo conhecimentos profundos sobre os ecossistemas locais e práticas sustentáveis de manejo dos recursos naturais. Suas cosmovisões e modos de vida, baseados na convivência harmônica com a natureza, contribuem significativamente para a conservação da biodiversidade e a manutenção dos serviços ecossistêmicos. A luta desses povos pela defesa de seus territórios e pela valorização de seus saberes tradicionais foi e continua sendo fundamental para garantir a proteção da Amazônia acreana e promover um desenvolvimento mais justo e equitativo.

A forma do atual extrativismo tem sua dinâmica relacionada aos diferentes ciclos de ocupação e colonização que ocorreram na Amazônia, principalmente após o primeiro Ciclo da Borracha¹, por volta de 1880. No Acre, a rápida expansão da produção de borracha atraiu grande quantidade de trabalhadores, principalmente nordestinos, fugidos da seca do Sertão e em busca de melhores condições de vida. A presença nordestina formou um dos principais grupos da sociedade acreana e a estrutura dos seringais estabeleceu uma nova (re)territorialização na região (Acre, 2010a).

¹ De acordo com Allegretti (2002), durante a primeira onda de migração para exploração da borracha, foram enviadas 500 mil famílias nordestinas para a Amazônia.

Entre 1943 e 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, cerca de 60 mil pessoas (a maioria oriunda de estados nordestinos) foram levadas à região amazônica para trabalhar na extração da seringa. A borracha era enviada aos Estados Unidos e usada para fabricação de pneus, botes, calçados, material isolante e outros itens essenciais aos equipamentos dos Aliados para a guerra. Os trabalhadores foram recrutados pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Semta) com promessas de melhoria de vida (Martinello, 2024).

Após a queda internacional do preço da borracha e com o fim da Segunda Guerra Mundial, os grandes seringais entraram em falência. “Os seringalistas falidos abandonaram suas propriedades dando origem a uma nova categoria nas relações de trabalho – o seringueiro autônomo, que passou a viver livre dos laços de dependência com o patrão” (Acre, 2010a, p. 27). Foi a partir desta “independência” em relação ao poder patronal dos seringalistas que a agricultura de subsistência e a coleta de outros produtos florestais, como a castanha-do-brasil, ganharam força num sistema econômico-produtivo alternativo à produção de látex (o qual monopolizava os recursos humanos disponíveis no período anterior) (Simoni, 2009). Tem-se aí um novo modelo de ocupação e uso da Floresta Amazônica.

Atualmente, o extrativismo ou produção de produtos florestais não madeireiros, com incremento de tecnologias, boas práticas de manejo, capacitação das comunidades locais e definição de nichos de mercado concilia a preservação da

floresta com o desenvolvimento econômico, proporcionando uma vida melhor para as populações tradicionais.

Dentre dezenas de produtos não madeireiros manejados nas florestas do Acre, a borracha, a castanha-do-brasil e o açaí ocupam posição de destaque em relação à quantidade produzida e ao valor da produção. Em relação à agricultura, destacam-se as culturas da mandioca, da banana e do milho. Mais recentemente, iniciativas tanto do governo quanto de cooperativas têm fomentado a produção de café no estado, refletindo-se num aumento da área produtiva. Segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), o maior valor da produção do estado é representado pela pecuária bovina (58%), seguida pelas culturas anuais da agricultura familiar (21%) e pelos produtos da criação animal como leite, ovos e mel (7%).

O estado, assim como outros da Amazônia, enfrenta desafios complexos relacionados à conservação ambiental, às mudanças climáticas, às desigualdades sociais e ao desenvolvimento socioeconômico. A pressão sobre os recursos naturais é impulsionada pelo avanço da fronteira agropecuária com atividades que resultam no desmatamento para o plantio de pastagens visando à pecuária de corte extensiva, seguido da conversão de áreas com potencial agrícola para o cultivo e produção de grãos (soja e milho). O avanço da fronteira agrícola resulta em drásticas mudanças culturais, socioeconômicas e ambientais que ameaçam a rica sociobiodiversidade da região. No entanto, o estado também se destaca por iniciativas inovadoras que buscam conciliar a

proteção da natureza com a inserção produtiva e melhoria da qualidade de vida das populações locais. O Acre tem se destacado na implementação de políticas públicas que visam promover o ordenamento territorial sustentável, a conservação ambiental e o fortalecimento das comunidades tradicionais (Acre, 2010a).

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre, instituído por meio do Decreto nº 503 de 6 de abril de 1999 (Acre, 1999) regulamentado pelo Decreto nº 4.297/2002 (Brasil, 2002), tem se destacado como uma das principais ferramentas utilizadas para orientar as políticas públicas na Amazônia e subsidiar a tomada de decisões nos diferentes níveis hierárquicos do aparelho governamental mediante a geração de indicadores, das potencialidades e fragilidades dos meios físico, biótico e socioeconômico com vistas a viabilizar o desenvolvimento sustentável e harmônico do território brasileiro. O Acre também foi pioneiro no Brasil ao regulamentar um sistema de incentivos a serviços ambientais (Lei Estadual nº 2.308/2010) (Acre, 2010b) e a operar programas de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal que consideram o manejo sustentável da floresta (REDD+). Esses programas buscam incentivar benefícios econômicos e sociais para populações locais, além de incentivar a redução do desmatamento.

Essas políticas estão interligadas e se complementam, buscando promover um desenvolvimento econômico sustentável que respeite os limites ecológicos e promova a justiça social. O fortalecimento das cadeias da sociobioeconomia,

por exemplo, oferece oportunidades para impulsionar o desenvolvimento econômico local a partir de ações que integrem produção sustentável e geração de renda, aliando conservação da biodiversidade e empoderamento social das populações extrativistas.

O Acre tem um grande potencial para desenvolver uma bioeconomia inclusiva, que concilie a preservação ambiental com a inclusão social e o crescimento econômico valorizando a floresta em pé. A rica biodiversidade da Amazônia acreana, aliada aos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e comunidades tradicionais sobre o manejo sustentável da floresta, oferece um leque de oportunidades para a valorização de produtos florestais não madeireiros, como frutos, óleos essenciais e plantas medicinais. O ecoturismo e o turismo de base comunitária, com foco na observação da natureza e na cultura local, também se apresentam como setores promissores, capazes de gerar emprego e renda para as comunidades.

2.2



Área

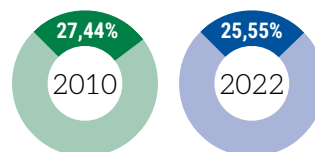
164.173,429 km²



População

830.018 habitantes

População rural



Densidade demográfica

5,06 habitantes por quilômetro quadrado

Densidade demográfica rural

1,29 habitante por quilômetro quadrado

Fonte: IBGE (2010b, 2022a).

Demografia e ambiente

O mapa da Figura 2.1 ilustra a localização e os limites das cinco microrregiões geográficas do estado do Acre, inseridas em duas mesorregiões: Cruzeiro do Sul e Tarauacá compõem a mesorregião do Vale do Juruá, enquanto Rio Branco, Brasiléia e Sena Madureira constituem a mesorregião do Vale do Acre. O mapa indica a localização da capital estadual, Rio Branco, assim como dos principais rios, das duas rodovias federais situadas no estado (BR-364 e BR-317) e das rodovias estaduais pavimentadas.

Em termos de superfície territorial, o Acre é o segundo menor estado da Amazônia Legal Brasileira. Quanto às características demográficas e ambientais do estado, o índice de 25,55% de população rural, conforme o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022a), representa uma redução de pouco mais de 2% quando comparado aos 27,44% registrados no Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010a) e resulta numa densidade demográfica rural² de 1,29 habitante por quilômetro quadrado (equivalente a 100 ha).

² Para o cálculo da densidade demográfica rural, subtraiu-se a área urbanizada do total da área territorial do estado, a partir dos dados de 2023 do Projeto MapBiomias (MapBiomias, 2025).

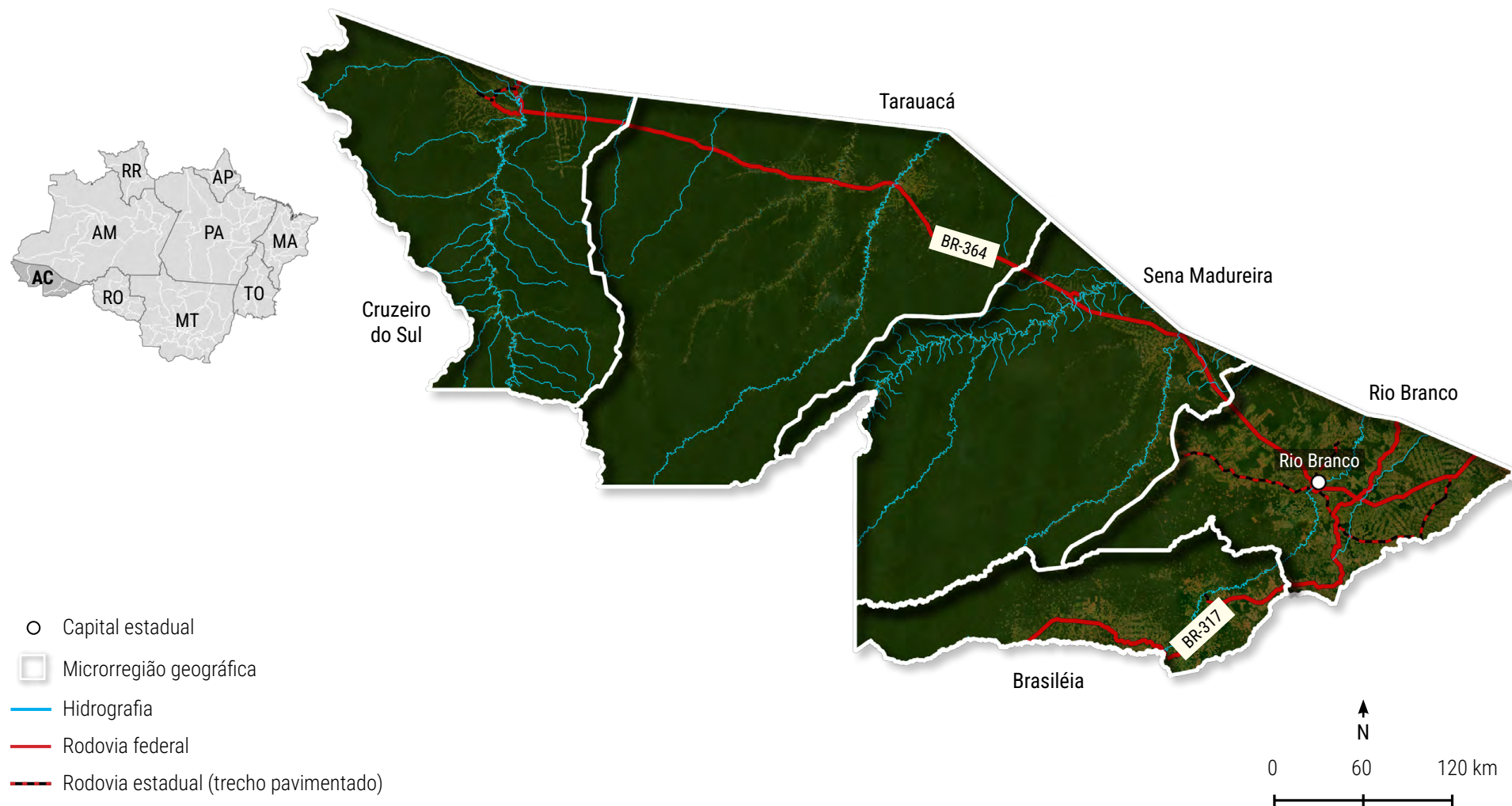


Figura 2.1. Limites geográficos e de microrregiões, hidrografia e infraestrutura rodoviária do estado do Acre.

Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (2017), IBGE (2022b, 2023d, 2023e) e Planet Labs PBC (2024).

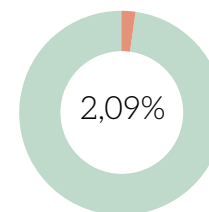
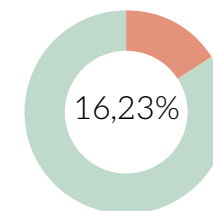
Em relação ao desmatamento e à supressão vegetal, por um lado, os dados do Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2025) indicam que o desmatamento acumulado no estado do Acre supera 26 mil quilômetros quadrados, próximo de 16% da superfície estadual, mas que cerca de 14% da área (ou 2,09% do total) foi desmatada nos últimos 5 anos. Por outro lado, a supressão de vegetação em área não florestada é a menor dentre os nove estados da Amazônia Legal, limitando-se a uma área cumulativa de 481 ha.

A Figura 2.2 apresenta a ocorrência absoluta (em ha) e relativa (em %) das cinco classes de cobertura da terra utilizadas pelo Projeto MapBiomas³, considerando o ano de 2023. A Figura 2.2 também ilustra a área e a porcentagem de 10 das 18 subclasses desta tipologia com ocorrência no estado. A partir dos dados do MapBiomas (MapBiomas, 2024a), é possível deduzir que quase a totalidade da área desmatada no estado do Acre, em proporção superior a 99%, foi convertida em pastagens, sendo que a conversão para fins agrícolas foi muito limitada. Vale destacar que, no Acre, não há áreas classificadas como “mosaico de usos”, que de acordo com a metodologia MapBiomas, refere-se a “áreas de uso agropecuário onde não foi possível distinguir entre pastagem e agricultura”.

³ “O projeto MapBiomas é uma iniciativa do Observatório do Clima, co-criada e desenvolvida por uma rede multi-institucional envolvendo universidades, organizações não governamentais e empresas de tecnologia com o propósito de mapear anualmente a cobertura e uso da terra do Brasil e monitorar as mudanças do território.” (MapBiomas, 2024b).

Desmatamento acumulado (2024)

26.643,05 km²

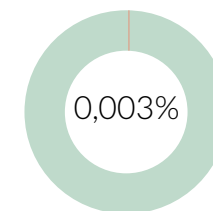


Desmatamento recente (2019–2024)

3.430,58 km²

Supressão acumulada de vegetação em área não florestada (2023)

4,81 km²



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2025).

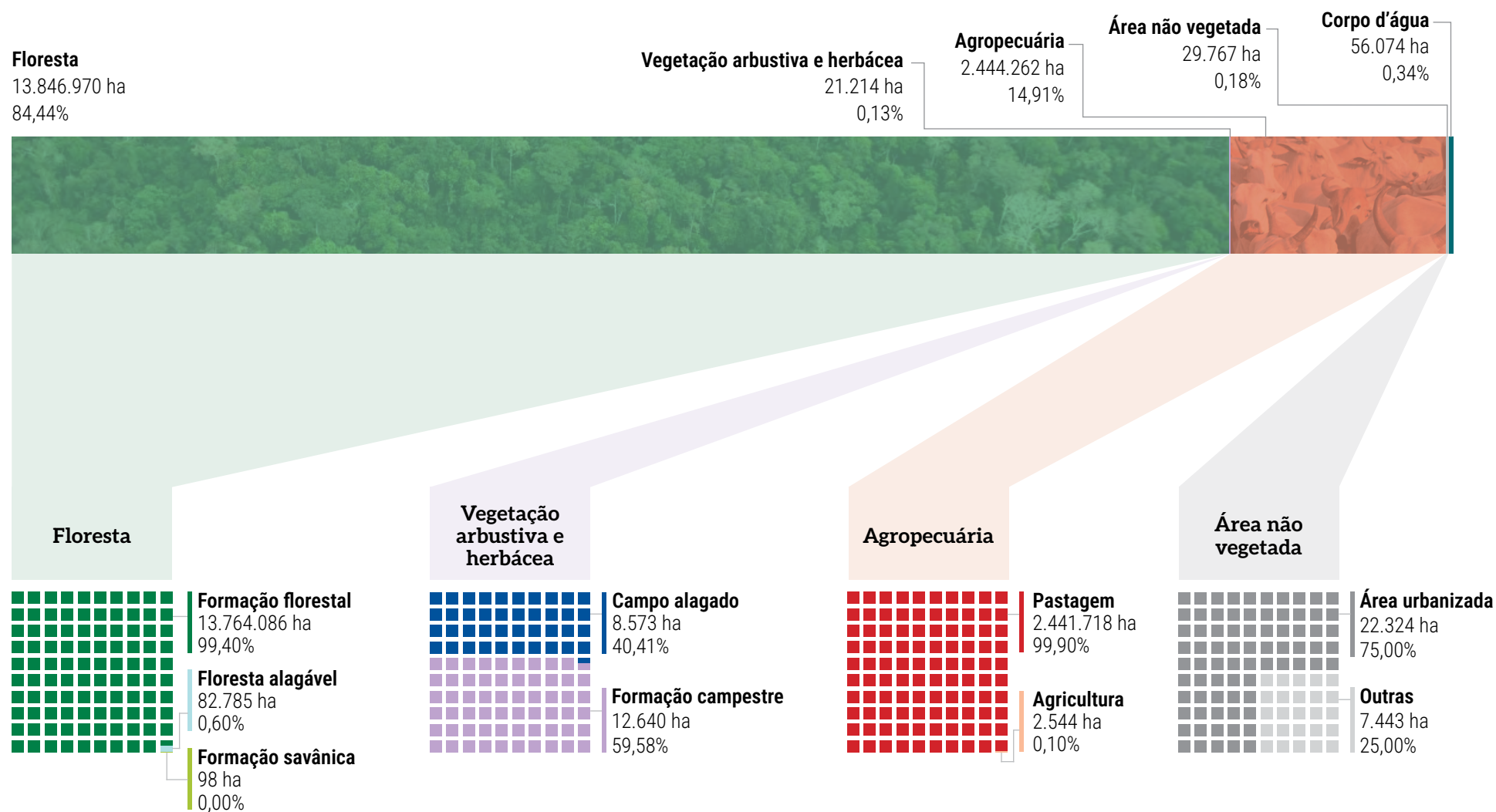


Figura 2.2. Classes e subclasses de cobertura da terra do estado do Acre em 2023.

Fonte: MapBiomias (2025).

2.3

Estrutura fundiária e categorias territoriais

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado do Acre contava, em 2017, com pouco mais de 37 mil estabelecimentos agropecuários, perfazendo uma área de 4,2 milhões de hectares, ou cerca de 26% da superfície estadual, conforme apresentado na Figura 2.3. Estabelecimentos considerados da agricultura familiar representavam 83% deste contingente, ocupando área inferior a 48% do total. Dentre esses, mais de dois terços eram constituídos pelo segmento de acesso ao crédito rural na categoria B no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, sendo mais vulneráveis, tendo menor nível de renda e cuja área média do estabelecimento equivalia a menos da metade da área média do total dos estabelecimentos do estado.

Conforme salientado na descrição metodológica apresentada no primeiro capítulo desta publicação, para evitar duplicidade de informações sobre a categoria de assentamentos de reforma agrária (obtidas a partir da base de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra –, e apresentadas posteriormente nesta seção), os dados (número e área) para a categoria de estabelecimentos definidos pelo IBGE como “assentados ou concessionários aguardando titulação” são tratados separadamente, sendo excluídos da representação na Tabela 2.1 e Figura 2.4, contrastando, assim, com o total apresentado na Figura 2.3. No caso do Acre, esses dados se referem a 4.540 estabelecimentos (12% do total) que ocupavam 174.862 ha (4% da área total).

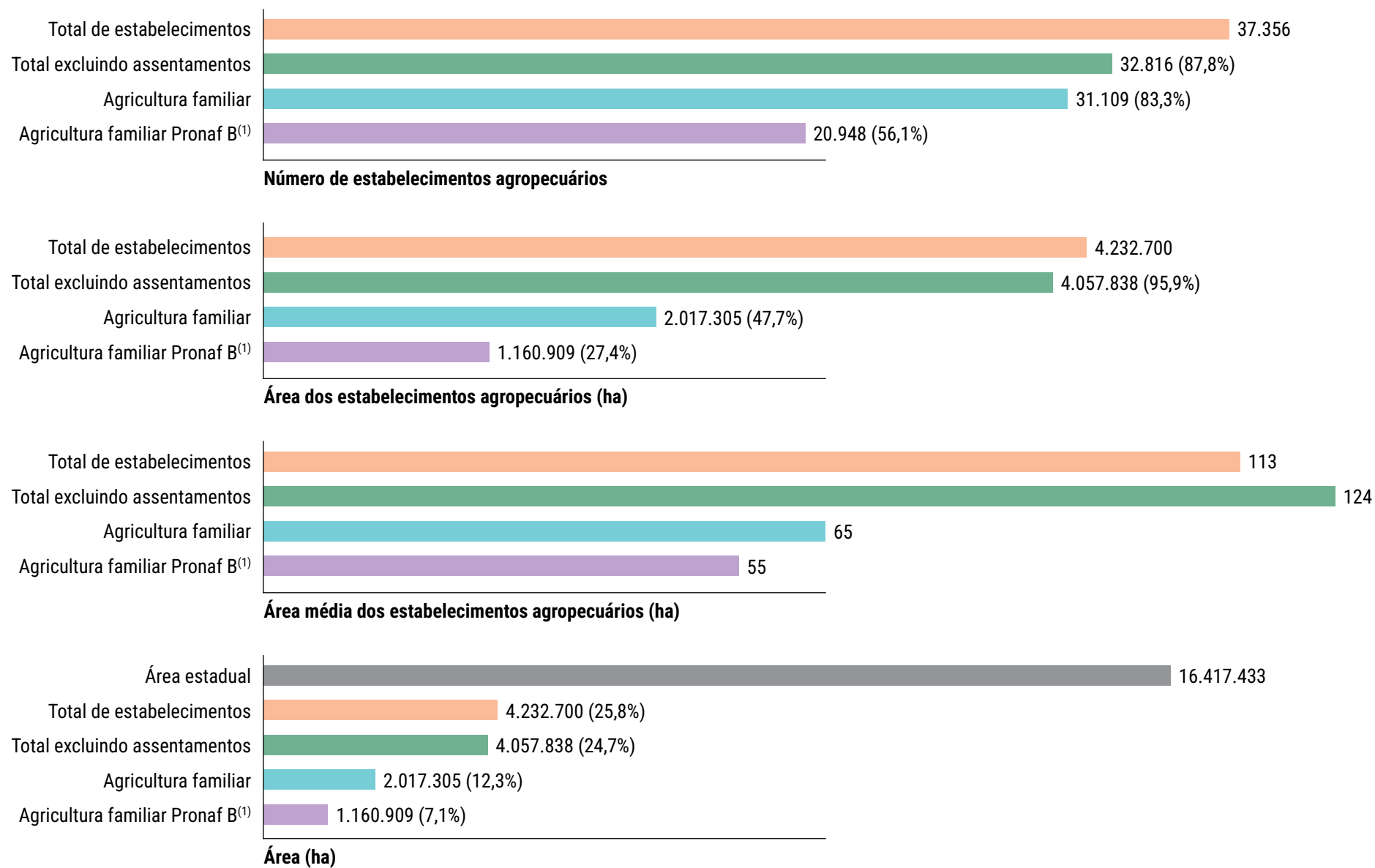


Figura 2.3. Estabelecimentos agropecuários do estado do Acre.

⁽¹⁾ Refere-se à categoria B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Fonte: IBGE (2017).

Tabela 2.1. Categorias territoriais do estado do Acre.

Categoria territorial	Número	Área (ha)	Área (%)	Número de domicílios
Terra indígena (TI)	38	3.085.228	18,8	3.787
Território quilombola (TQ)	0	0	0,0	0
Território agroextrativista				
Reserva extrativista (Resex)	5	2.722.259	16,6	6.258
Reserva de desenvolvimento sustentável (RDS)	0	0	0,0	0
Floresta nacional (Flona) ou Floresta estadual (FES)	8	1.112.822	6,8	607
Projeto de assentamento agroextrativista e projeto estadual de assentamento agroextrativista (PAE e Peaex)	17	410.036	2,5	1.936
Projeto de desenvolvimento sustentável (PDS)	17	255.464	1,6	2.241
Assentamento convencional	115	1.295.293	7,9	22.772
Estabelecimento agropecuário	32.816	4.057.837	24,7	32.816
Unidade de conservação de proteção integral	5	1.629.624	9,9	–
Terra com destinação desconhecida	–	2.922.163	17,8	–
Área urbanizada	–	22.324	0,1	–
Corpo d'água	–	56.074	0,3	–

Traço (–): Informação não aplicável.
Fonte: IBGE (2017, 2022a), Comissão Pró-Índio de São Paulo (2024), Funai (2024), Incra (2025), Instituto Socioambiental (2025a, 2025b) e MapBiomas (2025).

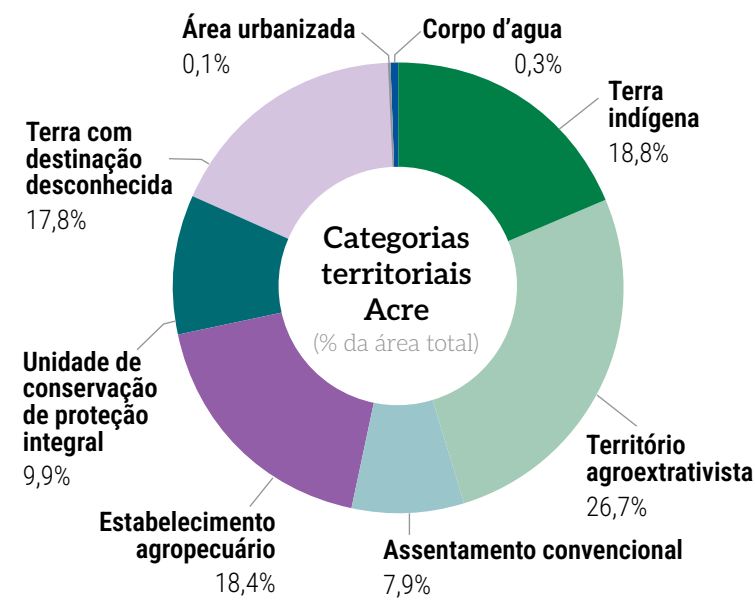


Figura 2.4. Categorias territoriais (% da área total) do estado do Acre , após excluir sobreposições.
Fonte: IBGE (2017, 2022a), Comissão Pró-Índio de São Paulo (2024), Funai (2024), Incra (2025), Instituto Socioambiental (2025a, 2025b) e MapBiomas (2025).

A Tabela 2.1 e a Figura 2.4 sintetizam a ocorrência das categorias territoriais no estado do Acre e suas respectivas áreas e população residente. A tabela indica que no estado não há ocorrência de territórios quilombolas e reservas de desenvolvimento sustentável, estando presentes todas as demais categorias. São 38 terras indígenas, 18 unidades de conservação (excluindo áreas de proteção ambiental) e 149 assentamentos de reforma agrária (considerando todas as modalidades), reunindo um total estimado de

37.601 famílias ou domicílios, que devem ser somados às famílias residentes em 32.816 estabelecimentos agropecuários (após a exclusão dos assentamentos), totalizando mais de 70 mil famílias. Considerando a área total do estado (cerca 164 mil quilômetros quadrados), terras indígenas são a categoria territorial de maior relevância (18,8% da área), seguida de estabelecimentos agropecuários (18,4%), terras com destinação desconhecida (17,8%) e reservas extrativistas (16,4%).

Três procedimentos foram realizados para o tratamento dos dados no sentido de reduzir áreas sobrepostas e obter uma aproximação do que seria a participação relativa de cada categoria territorial no total da área do estado do Acre. O primeiro foi o mencionado ajuste relativo à categoria “estabelecimentos agropecuários” mediante a exclusão dos estabelecimentos classificados como concessionários ou assentados aguardando titulação definitiva. O segundo ajuste consistiu na identificação e exclusão de áreas com sobreposição entre nove categorias territoriais, sendo adotada a seguinte ordem de priorização para manutenção da área em uma das categorias sobrepostas e sua exclusão da outra: (1) terra indígena (TI); (2) território quilombola (TQ); (3) reserva extrativista (Resex); (4) reserva de desenvolvimento sustentável (RDS); (5) projeto de assentamento agroextrativista (PAE), projeto estadual de assentamento agroextrativista (Peaex) e projeto de assentamento florestal (PAF); (6) projeto de desenvolvimento sustentável (PDS); (7) projeto de assentamento convencional e projeto de assentamento dirigido; (8) floresta nacional (Flona) ou

floresta estadual (FES); e (9) unidade de conservação de proteção integral. Vale ressaltar que tal hierarquização foi definida, neste estudo, a partir do critério de priorização de categorias com presença de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (nesta ordem) apenas com o objetivo de simular um cenário de suposta ausência de sobreposições territoriais, não sendo, porém, adotada por órgãos fundiários ou ambientais.

A Tabela 2.2 relaciona as 32 situações de sobreposição identificadas envolvendo estas categorias territoriais nas respectivas microrregiões geográficas do estado do Acre. Na primeira coluna da tabela, estão indicadas as unidades territoriais cuja área em sobreposição foi excluída para elaboração da Figura 2.4, enquanto, na última coluna, constam as unidades territoriais cuja área sobreposta foi mantida na elaboração da figura.

Contudo, conforme mencionado no primeiro capítulo, uma das principais limitações deste trabalho reside no fato de não terem sido identificadas sobreposições entre estabelecimentos agropecuários ou imóveis rurais e as demais categorias, fenômeno que constitui a principal fonte de conflitos fundiários na Amazônia. Outra limitação do trabalho consiste na imprecisão dos dados para a categoria “terra com destinação desconhecida”, calculada por subtração entre a área total da microrregião geográfica (MRG) e a soma das outras categorias.

Como artifício utilizado neste trabalho, após os dois ajustes mencionados acima, um terceiro procedimento foi aplicado

Tabela 2.2. Unidades territoriais em sobreposição no estado do Acre⁽¹⁾.

Unidade territorial em sobreposição ⁽²⁾	Microrregião geográfica ⁽³⁾					Sobreposição (ha)	Unidade territorial em sobreposição ⁽⁴⁾
	CS	TA	RB	BR	SM		
1. Resex Alto Juruá	X					18.327	TI Arara do Rio Amônia (12.207 ha), TI Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu (5.776 ha), TI Jaminawa Arara do Rio Bagé (263 ha), TI Kampa do Rio Amônia (81 ha)
				X		599	TI Kaxinawá do Baixo Rio Jordão (121 ha), TI Kaxinawá do Rio Jordão (477 ha)
2. Resex Riozinho da Liberdade	X					13.246	TI Arara do Rio Humaitá (10.379 ha), TI Campinas/Katukina (2.867 ha)
			X			87	TI Rio Gregório (87 ha)
3. Resex Alto Tarauacá	X					34	TI Jaminawa Arara do Rio Bagé (34 ha)
			X			188	TI Kaxinawá do Baixo Rio Jordão (2 ha), TI Rio Gregório (54 ha), TI Kampa do Igarapé Primavera (132 ha)
4. Parna Serra do Divisor	X					2.679	TI Arara do Rio Amônia (2.261 ha), TI Nukini (418 ha)
5. Parna Serra do Divisor	X					39	PA Rio Azul (3 ha), PA Amônia (36 ha)
6. Parna Serra do Divisor	X					56	PDS São Salvador (56 ha)
7. Parna Serra do Divisor	X					222	PAE Triunfo/Porongaba (222 ha)
8. PA Amônia	X					5	Resex Alto Juruá (5 ha)
9. PA Uruburetama	X					11	TI Jaminawa do Igarapé Preto (11 ha)
10. PAD Santa Luzia	X					22	TI Campinas/Katukina (22 ha)
11. PAE Cruzeiro do Vale	X					35	TI Arara do Rio Humaitá (35 ha)
12. PDS São Salvador	X					161	TI Poyanawa (55 ha), TI Nukini (106 ha)
13. PAF Recanto	X					204	Resex Riozinho da Liberdade (204 ha)
14. ARIE Japim-Pentecoste	X					80	TI Poyanawa (80 ha)
15. Flona Santa Rosa do Purus	X					80.143	TI Jaminawa/Envira (72.239 ha), TI Riozinho do Alto Envira (7.564 ha), TI Kulina Igarapé do Pau (302 ha), TI Kaxinawá Nova Olinda (36 ha), TI Kulina do Rio Envira (2 ha)
				X		55	TI Alto Rio Purus (44 ha), PA Santa Rosa (11 ha)

Continua...

Tabela 2.2. Continuação.

Unidade territorial em sobreposição ⁽²⁾	Microrregião geográfica ⁽³⁾					Sobreposição (ha)	Unidade territorial em sobreposição ⁽⁴⁾
	CS	TA	RB	BR	SM		
16. PA Berlim Recreio		X				5	TI Katukina/Kaxinawá (5 ha)
17. PA Gal. Moreno Maia			X			1	Resex Chico Mendes (1 ha)
18. PA Remanso			X			255	Resex Chico Mendes (255 ha)
19. Resex Chico Mendes				X		418	TI Cabeceira do Rio Acre (418 ha)
20. ARIE Seringal Nova Esperança				X		91	PAE Chico Mendes (91 ha)
21. PA Tupã				X		4	Resex Chico Mendes (4 ha)
22. PA Princesa				X		9	Resex Chico Mendes (9 ha)
23. PA Pão de Açúcar				X		11	Resex Chico Mendes (11 ha)
24. PA Fortaleza				X		22	Resex Chico Mendes (22 ha)
25. PA Quixadá				X		645	Resex Chico Mendes (645 ha)
26. PAE Santa Quitéria				X		160	Resex Chico Mendes (160 ha)
27. Parque Estadual Chandless					X	818	TI Mamoadate (128 ha), TI Alto Rio Purus (690 ha)
28. Resex Cazumbá-Iracema					X	10	TI Alto Rio Purus (10 ha)
29. Flona Macauã					X	4	Resex Cazumbá-Iracema (4 ha)
30. Flona São Francisco					X	7	Flona Macauã (7 ha)
31. PAD Boa Esperança					X	1.209	Resex Cazumbá-Iracema (1.209 ha)
32. PAF Valência					X	16	Resex Cazumbá-Iracema (16 ha)

⁽¹⁾ ARIE: Área de relevante interesse ecológico; Flona: Floresta nacional; PA: Projeto de assentamento; PAD: Projeto de assentamento dirigido; PAE: Projeto de assentamento agroextrativista; PAF: Projeto de assentamento florestal; Parna: Parque nacional; PDS: Projeto de desenvolvimento sustentável; Resex: Reserva extrativista; TI: Terra indígena.

⁽²⁾ Área sobreposta excluída na Figura 2.4.

⁽³⁾ Microrregiões geográficas identificadas pelas iniciais indicadas a seguir – CS: Cruzeiro do Sul; TA: Tarauacá; RB: Rio Branco; BR: Brasília; SM: Sena Madureira.

⁽⁴⁾ Área mantida na Figura 2.4.

X: Indica a microrregião onde está situada cada unidade territorial.

Fonte: Brasil (2024b), Funai (2024) e Incra (2025).

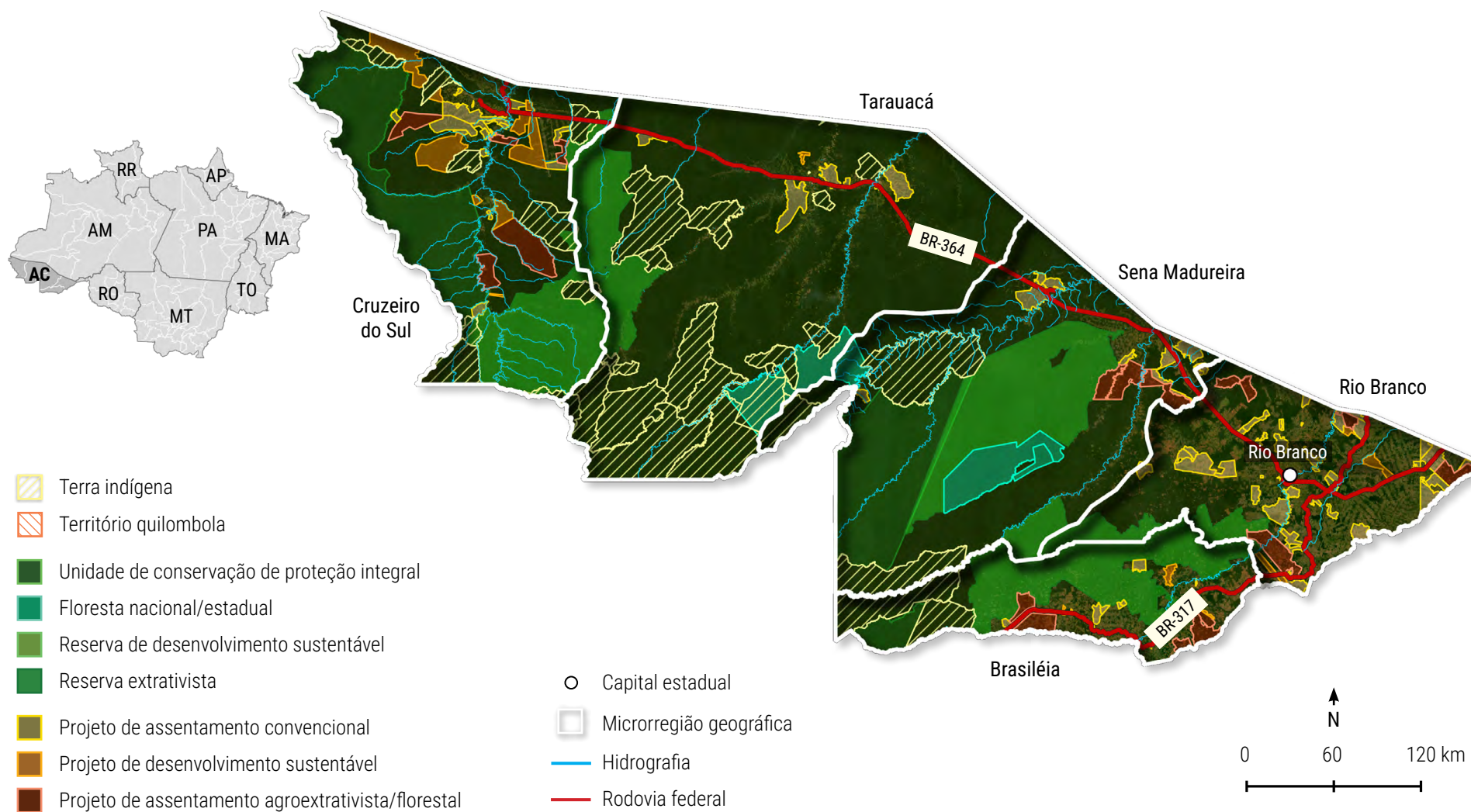


Figura 2.5. Categorias territoriais e microrregiões geográficas no estado do Acre.

Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (2017), IBGE (2022b, 2023d, 2023e), Brasil (2024b), Funai (2024), Planet Labs PBC (2024) e Incra (2025).

Tabela 2.3. Terras indígenas (TIs) no estado do Acre.

Identificador	Nome da terra indígena	Microrregião geográfica ⁽¹⁾					Área (ha) ⁽²⁾	Etnia	Situação ⁽³⁾
		CS	TA	RB	BR	SM			
TI-006	Alto Rio Purus					X	263.315,59	Kaxinawá, Kulina Páno	Regularizada
TI-008	Alto Tarauacá		X				143.095,95	Isolados	Regularizada
TI-028	Arara do Igarapé Humaitá	X	X				87.839,33	Arara do Acre	Regularizada
TI-029	Arara do Rio Amônia	X					21.100,87	Arara do Acre	Regularizada
TI-060	Cabeceira do Rio Acre				X		78.966,41	Yaminawá	Regularizada
TI-069	Campinas/Katukina	X					33.235,59	Katukina	Regularizada
TI-107	Igarapé do Caucho		X				14.857,38	Kaxinawá	Regularizada
TI-112	Igarapé Taboca do Alto Tarauacá		X				287,50	Isolados	Em estudo
TI-124	Jaminawa/Envira		X				80.928,18	Kulina Madijá	Regularizada
TI-125	Jaminawa Arara do Rio Bagé	X	X				32.120,45	Yaminawá, Arara do Acre	Regularizada
TI-126	Jaminawa do Igarapé Preto	X					25.702,63	Yaminawá	Regularizada
TI-138	Kampa do Igarapé Primavera		X				22.033,75	Ashaninka	Regularizada
TI-139	Kampa do Rio Amônia	X					86.931,39	Ashaninka	Regularizada
TI-140	Kampa e Isolados do Rio Envira		X				321.969,73	Ashaninka	Regularizada
TI-150	Katukina/Kaxinawá		X				23.684,89	Kaxinawá, Katukina	Regularizada
TI-153	Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu	X	X				31.334,97	Kaxinawá, Ashaninka	Regularizada
TI-154	Kaxinawá Colônia Vinte e Sete		X				105,41	Kaxinawá	Regularizada
TI-155	Kaxinawá da Praia do Carapanã		X				60.792,54	Kaxinawá	Regularizada
TI-156	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão		X				8.723,96	Kaxinawá	Regularizada
TI-157	Kaxinawá do Rio Humaitá		X				129.784,10	Kaxinawá	Regularizada
TI-158	Kaxinawá do Rio Jordão	X	X				90.179,84	Kaxinawá	Regularizada

Continua...

Tabela 2.3. Continuação.

Identificador	Nome da terra indígena	Microrregião geográfica ⁽¹⁾					Área (ha) ⁽²⁾	Etnia	Situação ⁽³⁾
		CS	TA	RB	BR	SM			
TI-159	Kaxinawá Nova Olinda		X				25.715,99	Kaxinawá	Regularizada
TI-160	Kaxinawá Seringal Independência		X				11.594,26	Kaxinawá	Encaminhada para registro como reserva indígena
TI-170	Kulina do Médio Juruá		X				902,13	Kulina Páno	Regularizada
TI-171	Kulina do Rio Envira		X				82.234,24	Kaxinawá, Kulina Páno	Regularizada
TI-172	Kulina Igarapé do Pau		X				45.097,93	Kulina Páno	Regularizada
TI-189	Mamoadate				X	X	315.073,33	Machineri, Yaminawá	Regularizada
TI-226	Nukini	X					32.581,94	Nukiní	Regularizada
TI-270	Poyanawa	X					25.697,35	Puyanawa	Regularizada
TI-281	Rio Gregório		X				188.329,00	Katukina, Yawanawá	Regularizada
TI-293	Riozinho do Alto Envira		X			X	262.954,90	Isolados	Homologada

⁽¹⁾ Microrregiões geográficas identificadas pelas iniciais indicadas a seguir – CS: Cruzeiro do Sul; TA: Tarauacá; RB: Rio Branco; BR: Brasília; SM: Sena Madureira.

⁽²⁾ Área territorial das terras indígenas é informada conforme registrado na soma das alocações municipais no estado, de acordo com o Painel de Terras Indígenas do Instituto Socioambiental.

⁽³⁾ Não estão incluídas na tabulação e no mapa da Figura 2.5 as seguintes terras indígenas, em fase de estudos: Estirão, Jaminawa do Rio Caeté, Kaxinawa do Seringal Curralinho, Kuntanawa, Manchineri do Seringal Guanabara (Riozinho Iaco), Maschco do Rio Chandless e Nawa.

X: Indica a microrregião onde está situada cada terra indígena.

Fonte: Funai (2024) e Instituto Socioambiental (2025b).

(caso a soma da área das categorias territoriais ainda superasse a área total da MRG): a área dos estabelecimentos agropecuários foi artificialmente reduzida, de forma que a soma das áreas das categorias territoriais coincidissem com a área total da MRG, sendo feita a devida anotação para indicar o procedimento e dimensionando o fenômeno de disputa por território. Tal situação ocorreu em duas das cinco microrregiões do estado do Acre (Rio Branco e Brasília), totalizando área superior a 1 milhão de hectares, sendo “descontada” do

total apresentado na Tabela 2.2, quando comparada à área inicialmente apresentada na Figura 2.3. A categoria “terra com destinação desconhecida”, que resulta ter 2,9 milhões de hectares (ou pouco menos de 18% da área estadual), foi calculada por subtração entre a área total da MRG e a soma das outras categorias. Considerando a imprecisão da informação declaratória para determinação do número e da área de estabelecimentos agropecuários, a área atribuída a “terras com destinação desconhecida” é provavelmente maior

Tabela 2.4. Unidades de conservação de proteção integral (UCIs) e unidades de conservação de uso sustentável (UCS) no estado do Acre.

Identificador	Nome da unidade de conservação ⁽¹⁾	Microrregião geográfica ⁽²⁾					Área (ha) ⁽³⁾
		CS	TA	RB	BR	SM	
UCI-017	Estação Ecológica Rio Acre				X		85.082,45
UCI-031	Parque Estadual Chandless					X	666.128,73
UCI-078	Parque Nacional da Serra do Divisor	X					849.620,54
UCS-001	ARIE Japim-Pentecoste	X					26.134,65
UCS-006	ARIE Seringal Nova Esperança				X		2.583,01
UCS-042	Floresta Nacional de Macauã					X	177.266,10
UCS-048	Floresta Nacional de Santa Rosa do Purus		X			X	226.580,51
UCS-050	Floresta Nacional de São Francisco					X	21.270,17
UCS-095	Reserva Extrativista Alto Juruá	X					528.651,36
UCS-109	Reserva Extrativista Chico Mendes			X	X	X	935.325,87
UCS-114	Reserva Extrativista do Alto Tarauacá	X	X				157.593,89
UCS-115	Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema					X	774.197,91
UCS-167	Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade	X	X				326.489,66
...	Floresta Estadual Afluente do Seringal Jurupari		X			X	68.753,36
...	Floresta Estadual Antimary			X		X	45.139,57
...	Floresta Estadual Mogno		X				141.917,69
...	Floresta Estadual Rio Gregório		X				214.662,33
...	Floresta Estadual Rio Liberdade		X				124.059,16

⁽¹⁾ ARIE: Área de relevante interesse ecológico.

⁽²⁾ Microrregiões geográficas identificadas pelas iniciais indicadas a seguir – CS: Cruzeiro do Sul; TA: Tarauacá; RB: Rio Branco; BR: Brasília; SM: Sena Madureira.

⁽³⁾ Área territorial das unidades de conservação é informada conforme registrado na soma das alocações municipais no estado, de acordo com o Painel de Unidades de Conservação do Instituto Socioambiental. Três-pontos (...): Informação não disponível (identificadores não inseridos, pois as áreas não estão representadas no mapa, uma vez que seus perímetros não estavam disponíveis nas bases de dados consultadas).

X: Indica a microrregião onde está situada cada unidade de conservação.

Fonte: Brasil (2024b), Incra (2025) e Instituto Socioambiental (2025a).

0,7384 Índice de Gini para
concentração de
terras

24,7% Área estadual em
estabelecimentos
agropecuários

0,1824 Índice de concentração
fundiária ajustado para o
percentual da área estadual
em estabelecimentos
agropecuários

Fonte: IBGE (2017).

do que a calculada neste estudo. No caso das duas microrregiões mencionadas, por exemplo, a metodologia adotada “zera” o quantitativo de terras com destinação desconhecida, o que certamente não procede.

A Figura 2.4 sintetiza os dados da Tabela 2.1 sobre a distribuição relativa da área das categorias territoriais no estado do Acre, porém levando em consideração as sobreposições identificadas, sendo que relações detalhadas das sobreposições territoriais são também apresentadas nos encartes de cada microrregião geográfica, que constituem parte integrante desta obra. Por fim, o mapa da Figura 2.5 apresenta a localização das categorias territoriais no estado com legendas indicativas e os limites das cinco microrregiões geográficas, enquanto a Tabela 2.3 relaciona nominalmente as 31 terras indígenas e a Tabela 2.4 relaciona as 18 unidades de conservação que ocorrem no estado. Em ambas as tabelas, estão indicadas as microrregiões geográficas em que ocorrem e as áreas respectivas. As tabelas incluem códigos identificadores para as terras indígenas e para unidades de conservação com o objetivo de facilitar a visualização das áreas nos mapas detalhados (que podem ser verificados no encarte das respectivas microrregiões).

O componente final desta seção refere-se à concentração fundiária. Para avaliar o nível de concentração de terras, é utilizado o índice de Gini, calculado a partir das classes de tamanho dos estabelecimentos agropecuários informadas no último Censo Agropecuário (IBGE, 2017). No estado do Acre, este índice é de 0,7384, o segundo menor índice de concentração fundiária dentre os nove estados da Amazônia Legal Brasileira, sendo superior apenas ao do estado de Rondônia. Porém, considerando que a área estadual compreendida por estabelecimentos agropecuários alcança 24,7% do total estadual, um hipotético índice de concentração fundiária ajustado para esta proporção resultaria em 0,1824, inferior ao de Rondônia, mas maior do que os dos estados do Amapá, Amazonas e Roraima.



2.4

Produção agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura

O IBGE é a fonte dos dados apresentados nesta seção. Foram utilizados os resultados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) e as estimativas mais recentes referentes ao ano de 2023 para a produção agrícola municipal (PAM) (IBGE, 2023a), produção da extração vegetal e da silvicultura (PEVS) (IBGE, 2023b) e produção pecuária municipal (PPM) (IBGE, 2023c). Apesar dos 6 anos que separam as datas de referência de cada instrumento, é significativa a discrepância, para um mesmo produto ou espécie, entre valores reportados pelo Censo de 2017 e pelas estimativas anuais de 2023, o que justifica que ambos sejam apresentados neste trabalho. Não há equivalência completa entre produtos e espécies reportadas pelos dois instrumentos. Por essa razão, quando ocorrer, a indisponibilidade do dado é indicada no corpo das tabelas, conforme convenção explicada em nota de rodapé. Para melhor identificar os produtos de maior relevância econômica em cada segmento, são utilizadas cores diferenciadas nas tabelas, sendo necessário destacar que os dados se referem à quantidade total produzida e não apenas à que foi comercializada. Devido à política de proteção da confidencialidade das respostas individuais adotada pelo IBGE, quando menos de três informantes respondem a determinada

pergunta do Censo Agropecuário de 2017, suas respostas são omitidas nas tabelas disponibilizadas, sendo expressas pelo símbolo “X”.

Extração vegetal

A produção da extração vegetal para 30 produtos não madeireiros é reportada na Tabela 2.5. Para cada uma dessas espécies e produtos, são informados o número total de estabelecimentos que registraram a respectiva produção no Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), as quantidades produzidas e os respectivos valores, sendo, nesse caso, apresentados os dados das duas fontes (IBGE, 2017, 2023b). No estado do Acre, foram reportados 17 dos 30 produtos do extrativismo não madeireiro, sendo que 4 deles (castanha-do-brasil, açaí, borracha e copaíba) apresentam relevância econômica, definida, neste estudo, como o valor da produção anual superior a R\$ 1 milhão em pelo menos uma das pesquisas e/ou a produção reportada em pelo menos 100 estabelecimentos agropecuários.

Chama a atenção o registro do número de estabelecimentos que reportaram a produção extrativista no Acre, denotando a discrepância entre as fontes de dados do próprio IBGE. A castanha-do-brasil, que, na pesquisa anual de 2023, destacou-se no Acre entre os 30 produtos florestais não madeireiros pelo maior valor da produção (R\$ 66 milhões), que totalizou mais de 9 mil toneladas, foi reportada no Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) em apenas dois estabelecimentos agropecuários, sendo, por este fato, inclusive omitidos seus dados de produção e receita. Já a copaíba, cuja produção e respectivo valor são pouco significativos em IBGE (2023a) (produção anual inferior a 500 kg e valor de R\$ 6 mil), é registrada, em IBGE (2017), pelo maior número de estabelecimentos (569), que produziram mais de 1.500 t, com renda superior a R\$ 6,6 milhões. Dentre os 30 produtos, além da copaíba, apenas dois produtos tiveram produção reportada em mais de 100 estabelecimentos rurais: o açaí (154) e a borracha (107).

Tabela 2.5. Produtos da extração vegetal no estado do Acre.

Produto da extração vegetal	Número de estabelecimentos agropecuários	Quantidade produzida (t)		Valor da produção (mil R\$)	
		Agro 2017 ⁽¹⁾	PEVS 2023 ⁽²⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PEVS 2023 ⁽²⁾
Açaí	154	1.596	4.030	3.262	6.371
Andiroba	1	X	...	X	...
Babaçu (amêndoa)	8	21	0	12	0
Babaçu (coco)	2	X	...	X	...
Bacaba	13	6	...	11	...
Bacuri	0	0	...	0	...
Baru	1	X	...	X	...
Borracha	107	68	750	240	13.123
Buriti	5	1	...	3	...
Cacau	0	0	...	0	...
Cajarana	5	1	...	3	...
Camu-camu	0	0	...	0	...
Castanha-do-brasil	2	X	9.473	X	65.958
Copaíba	569	1.522	0	6.673	6
Cumaru	0	0	0	0	0
Cupuaçu	20	4	...	17	...
Jaborandi	0	0	0	0	0
Juçara	19	5	...	19	...
Maçaranduba	0	0	0	0	0
Macaúba	0	0	...	0	...
Mangaba	0	0	0	0	0
Murici	0	0	...	0	...

Continua...

Tabela 2.5. Continuação.

Produto da extração vegetal	Número de estabelecimentos agropecuários	Quantidade produzida (t)		Valor da produção (mil R\$)	
		Agro 2017 ⁽¹⁾	PEVS 2023 ⁽²⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PEVS 2023 ⁽²⁾
Murumuru	0	0	...	0	...
Palmito	0	0	0	0	0
Pequi	0	0	0	0	0
Piaçava	12	35	1	45	1
Pupunha	3	0	...	0	...
Tucum	...	...	0	...	0
Tucumã	14	5	...	30	...
Ucuuba	0	0	...	0	...

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção da extração vegetal e da silvicultura (PEVS) (IBGE, 2023b).

X: Respostas omitidas (por terem menos de três informantes).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023b).

Silvicultura

A produção da silvicultura é muito restrita no estado do Acre. A Tabela 2.6 indica que 92 estabelecimentos registraram plantios florestais no Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), mas apenas 2 desses geraram produtos, totalizando 108 mil árvores em uma área plantada de 4 ha, não sendo, contudo, informado o valor desta produção devido ao reduzido número de informantes. Já na estimativa de 2023 para PEVS (IBGE, 2023b) a produção da silvicultura no Acre não foi sequer registrada.

Tabela 2.6. Produtos da silvicultura no estado do Acre.

Produto da silvicultura	Número de estabelecimentos agropecuários		Área (ha)		Número de pés (mil)	Valor da produção (mil R\$)					
	Agro 2017 ⁽¹⁾		Cortada	Total	Agro 2017 ⁽¹⁾	PEVS 2023 ⁽²⁾					Agro 2017 ⁽¹⁾
	Com espécie	Com produto	Agro 2017 ⁽¹⁾	PEVS 2023 ⁽²⁾		Lenha	Madeira em tora: papel	Madeira em tora: outro	Carvão	Total	Total
Total	92	2	4	...	108	...	...	...	...	...	X
Eucalipto	16	...	...	...	15	...	...	...	...	...	...

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).
⁽²⁾ Dados referentes à estimativa de 2023 especificamente relacionadas à produção da extração vegetal e da silvicultura (PEVS) (IBGE, 2023b).
Três-pontos (...): Informação não disponível.
X: Respostas omitidas (por terem menos de três informantes).
Fonte: IBGE (2017, 2023b).

Agricultura

A produção agrícola é apresentada na Tabela 2.7 e Tabela 2.8, incluindo 36 espécies distribuídas em três categorias [culturas perenes de espécies nativas, culturas perenes de espécies exóticas e culturas anuais ou bianuais (nativas e exóticas)], cada qual com 12 espécies. São informados o número total de estabelecimentos que reportam a respectiva produção (e, no caso de culturas perenes, aqueles com menos de 50 pés e com 50 pés ou mais) e o número de pés (colhidos) para cada espécie. São também reportadas a área total conforme IBGE (2017) e a área colhida conforme PAM - IBGE (2023a) para culturas perenes e a área colhida, conforme as duas bases de dados para culturas anuais e bianuais.

No estado do Acre, as espécies nativas cultivadas reportadas pelo maior número de estabelecimentos agropecuários no Censo de 2017 foram cupuaçu (4.695) e caju (4.186), enquanto, em termos de valor da produção, destacaram-se maracujá (R\$ 1,3 milhão), cupuaçu (R\$ 771 mil) e seringueira (R\$ 740 mil). Considerando as estimativas de 2023, a produção de maracujá foi valorada em R\$ 7,2 milhões (em área colhida de 185 ha), seguida da de seringueira (R\$ 1 milhão em 207 ha). Para culturas perenes exóticas, os dados do Censo de 2017 (IBGE, 2017) e das estimativas de 2023 relacionadas à PAM (IBGE, 2023a) indicam, respectivamente, cinco e sete espécies, cada uma com valor de produção superior a R\$ 1 milhão, com destaque para banana [R\$ 31 milhões, conforme IBGE (2017), e R\$ 114 milhões, conforme

Tabela 2.7. Produtos da agricultura no estado do Acre: culturas perenes.

Produto da agricultura	Número de estabelecimentos agropecuários			Quantidade produzida (t) ⁽²⁾		Valor da produção (mil R\$)		Área (ha)			Número de pés (mil)		
	Agro 2017 ⁽¹⁾			Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Total	Colhida		Agro 2017 ⁽¹⁾		Colhido
	Com menos de 50 pés	Com 50 pés ou mais	Total						Total	Com 50 pés ou mais	Total		
								Agro 2017 ⁽¹⁾				Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾
Culturas perenes de espécies nativas													
Açaí	1.057	201	1.258	401	181	534	411	446	122	65	7	235	55
Borracha/seringueira	23	155	178	267	165	740	1.040	568	281	207	0	288	143
Cacau	389	18	407	1	0	9	0	15	2	0	2	19	1
Caju	4.167	19	4.186	4	0	14	0	8	6	0	11	2	1
Camu-camu	5	0	5	X	...	0	...	X	X	...	0	X	X
Cupuaçu	4.418	277	4.695	402	...	771	...	224	71	...	19	80	35
Goiaba	3.597	39	3.636	42	0	30	0	19	10	0	10	9	4
Guaraná	3	5	8	5	0	65	0	16	11	0	0	9	6
Maracujá	561	113	674	512	2.021	1.322	7.182	107	57	185	2	63	46
Palmito	6	112	118	22	15	55	118	175	30	16	0	434	43
Pupunha	1.034	47	1.081	59	...	148	...	37	12	...	5	32	16
Urucum	858	21	879	6	52	39	483	29	7	52	2	14	3

Continua...

Tabela 2.7. Continuação.

Produto da agricultura	Número de estabelecimentos agropecuários			Quantidade produzida (t) ⁽²⁾		Valor da produção (mil R\$)		Área (ha)			Número de pés (mil)		
	Agro 2017 ⁽¹⁾			Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Total	Colhida		Agro 2017 ⁽¹⁾		Colhida
	Com menos de 50 pés	Com 50 pés ou mais	Total						Total	Colhida	Total		
								Agro 2017 ⁽¹⁾				Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾
Culturas perenes de espécies exóticas													
Acerola	1.687	60	1.747	66	...	185	...	34	17	...	5	13	7
Banana	5.895	8.363	14.258	39.238	80.527	30.529	114.439	7.619	3.370	6.390	34	7.972	3.688
Café	146	476	622	929	2.858	4.827	28.093	1.506	670	993	1	2.059	949
Coco-da-bahia	4.921	140	5.061	276	1.343	281	1.279	131	43	194	17	32	10
Dendê	89	1	90	X	0	X	0	X	X	145	0	X	X
Graviola	5.118	179	5.297	64	...	277	...	99	29	...	18	34	10
Laranja	6.741	237	6.978	1.293	5.338	1.477	6.286	223	94	387	27	52	27
Limão	6.300	166	6.466	979	4.526	1.384	5.175	212	70	316	18	54	19
Mamão	3.962	270	4.232	821	3.215	1.241	3.552	139	72	269	23	95	66
Manga	6.018	22	6.040	12	0	23	0	17	13	0	17	2	1
Pimenta-do-reino	102	6	108	0	0	4	0	4	1	0	0	4	1
Tangerina	4.787	87	4.874	190	1.715	320	2.075	62	20	140	14	15	6

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Exceções: Quantidades informadas para banana (IBGE, 2023a) referem-se a cachos, e quantidades informadas para coco-da-bahia referem-se a mil frutos, conforme dados de IBGE (2017, 2023a).

⁽³⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção agrícola municipal (PAM) (IBGE, 2023a).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

X: Respostas omitidas (por terem menos de três informantes).

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023a).

Tabela 2.8. Produtos da agricultura no estado do Acre: culturas anuais ou bianuais (nativas ou exóticas).

Produto da agricultura	Número de estabelecimentos agropecuários	Quantidade produzida (t) ⁽²⁾		Valor da produção (mil R\$)		Área colhida (ha)	
	Agro 2017 ⁽¹⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾
Abacaxi	1.545	2.722	5.679	5.548	18.142	303	488
Abóbora	512	383	...	492	...	112	...
Amendoim	419	101	94	225	416	77	69
Arroz	3.248	2.783	4.316	2.875	4.802	2.383	3.605
Cana-de-açúcar	753	3.988	11.457	3.614	2.558	166	436
Fava	0	0	0	0	0	0	0
Feijão	3.972	1.307	2.896	3.854	15.788	2.447	5.144
Malva	0	0	0	0	0	0	0
Mandioca	19.851	206.641	496.716	204.982	243.534	10.363	21.565
Melancia	1.265	6.905	16.081	6.831	17.650	577	1.245
Milho	15.850	59.354	139.065	54.372	164.107	20.991	40.831
Soja	2	X	45.732	X	99.681	X	12.010

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Exceções: Quantidades informadas para abacaxi referem-se a mil frutos, conforme dados de IBGE (2017, 2023a).

⁽³⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção agrícola municipal (PAM) (IBGE, 2023a).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

X: Respostas omitidas (por terem menos de três informantes).

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023a).

IBGE (2023a), em área colhida de 6.390 ha] e café [R\$ 5 milhões, conforme IBGE (2017), e R\$ 28 milhões, conforme IBGE (2023a), em 993 ha]. Há, porém, forte contraste quanto ao número de estabelecimentos que registram estas culturas: mais de 14 mil produtores para banana e 622 para café. As outras culturas perenes que se destacaram em termos de valor da produção e número de estabelecimentos, considerando os dados de 2017, incluem laranja (R\$ 1,5 milhão e 6.978 produtores), limão (R\$ 1,4 milhão e 6.466 produtores) e mamão (R\$ 1,2 milhão e 4.232 produtores). Ao considerar as estimativas para 2023, esses valores chegam, respectivamente, a R\$ 6,3 milhões (laranja), R\$ 5,2 milhões (limão) e R\$ 3,6 milhões (mamão).

Por fim, em relação às culturas anuais e bianuais, mandioca e milho são as de maior destaque, inclusive entre todos os 36 produtos da agricultura do estado do Acre, com valor da produção, conforme IBGE (2017), respectivamente de R\$ 205 milhões (em 10.363 ha cultivados por 19.851 produtores) e R\$ 54 milhões (em 20.991 ha cultivados em 15.850 estabelecimentos). As estimativas de 2023 para PAM (IBGE, 2023a) registram valores superiores para a mandioca (R\$ 244 milhões em 21.565 ha) e para o milho (R\$ 164 milhões em 40.831 ha). Outras culturas anuais de destaque em 2017 no estado do Acre são abacaxi (valor da produção de R\$ 18,1 milhões em 488 ha cultivados por 1.545 produtores), melancia, com valor da produção de R\$ 17,6 milhões em 1.245 ha cultivados por 1.265 produtores, e feijão com valor da produção de R\$ 15,8 milhões em 5.144 ha cultivados por 3.972 produtores. Cabe destacar que, embora não

estejam registrados seus dados de área cultivada e valor da produção no Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) devido a ter sido reportada em apenas dois estabelecimentos agropecuários nas estimativas de 2023 para PAM, a soja consta com 12.010 ha cultivados, com valor da produção de R\$ 99,7 milhões nas estimativas do IBGE (2023a).

Criação animal

A Tabela 2.9 apresenta os dados relativos ao rebanho de 13 espécies da criação animal no estado do Acre. As variáveis apresentadas incluem o número de estabelecimentos com registro da respectiva criação e, dentre estes, o quantitativo de estabelecimentos que comercializaram animais no ano de referência do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017). Nesse quesito, destaca-se a criação de galináceos (galos, galinhas, frangas, frangos e pintos), reportada por 30.381 estabelecimentos (equivalente a 81% do total no estado), embora menos de um terço destes (9.838 estabelecimentos) indique terem comercializado esses animais. O registro de 22.649 estabelecimentos com criação de bovinos (61% do total de estabelecimentos) representa a segunda maior frequência dentre aqueles com criação animal no estado do Acre, sendo que 70% destes estabelecimentos comercializaram este rebanho no ano de referência do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017). Em seguida, observam-se as criações de equinos (35% dos estabelecimentos, com venda de animais em apenas 5% desses) e de suínos (28% dos estabelecimentos, sendo que 30% desses venderam animais).

Tabela 2.9. Rebanho animal no estado do Acre.

Rebanho animal	Número de estabelecimentos agropecuários				Rebanho total (cabeças) ⁽²⁾		Rebanho vendido	
	Agro 2017 ⁽¹⁾				Agro 2017 ⁽¹⁾	PPM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	
	Com menos de 50 cabeças	Com 50 cabeças ou mais	Total	Com venda			Cabeças	Valor da venda (mil R\$)
Bovinos	15.206	7.443	22.649	15.824	2.139.795	4.908.956	511.345	689.796
Bubalinos	...	...	59	21	1.757	5.384	561	770
Equinos	...	...	12.979	663	65.481	82.503	1.676	3.192
Asininos	...	...	185	6	511	...	13	85
Muare	...	...	1.391	43	6.188	...	180	285
Caprinos	...	...	547	86	9.178	9.223	799	93
Ovinos	...	...	2.389	532	52.559	72.001	8.692	1.368
Suínos	178	10.240	10.418	3.135	139.440	159.694	76.241	13.186
Galináceos	...	...	30.381	9.838	2.348.653	2.724.029	2.841.000	12.148
Codornas	...	...	72	...	15.431	9.466	40	0
Patos e gansos	...	...	6.532	...	86.603	...	...	...
Perus	...	...	482	...	2.478	...	...	...
Abelhas (caixas)	...	...	101	...	1.271	...	...	...

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Exceção: Quantidade informada para abelhas refere-se ao número de caixas (colmeias).

⁽³⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção pecuária municipal (PPM) (IBGE, 2023c).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023c).

Considerando o tamanho do rebanho, as projeções de 2023 para PPM indicam o quantitativo de 4,9 milhões de reses bovinas no estado do Acre, seguido de 2,7 milhões de galináceos e 160 mil de suínos (IBGE, 2023c). A receita proveniente da venda de reses não é informada nas pesquisas anuais da PPM, sendo esta informação exclusiva para o ano de referência do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017). Nesse ano, destaca-se, no Acre, o valor da venda de bovinos (R\$ 690 milhões, referentes a 511 mil cabeças), seguido da venda de suínos (R\$ 13 milhões, referentes a 76 mil cabeças) e galináceos (R\$ 12 milhões, referentes a 2,8 milhões de unidades).

Já em relação aos produtos da criação animal, a Tabela 2.10 indica as produções de ovos (de galinha e codorna), leite e mel no estado do Acre, com destaque para a frequência da produção de ovos de galinha, que ocorreu

Tabela 2.10. Produtos da criação animal no estado do Acre.

Produto da criação animal	Número de estabelecimentos agropecuários		Quantidade			Valor (mil R\$)		
	Agro 2017 ⁽¹⁾		Agro 2017 ⁽¹⁾		PPM 2023 ⁽²⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾		PPM 2023 ⁽²⁾
	Com produção	Com venda	Produção	Venda	Produção	Produção	Venda	Produção
Ovo de galinha (mil dúzias)	29.846	...	5.961	3.689	8.328	32.517	13.979	57.339
Ovo de codorna (mil dúzias)	72	...	233	229	50	549	531	106
Leite (mil litros)	6.514	1.226	38.160	17.206	35.741	50.358	18.795	62.992
Mel (kg)	101	49		5.000	9	255	255	558

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção pecuária municipal (PPM) (IBGE, 2023c).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023c).

em 80% dos estabelecimentos agropecuários do estado e chegou a valores de R\$ 32,5 milhões (IBGE, 2017) e R\$ 47 milhões (IBGE, 2023c). A produção de leite ocorreu em 17% dos estabelecimentos, com valor superior a R\$ 50 milhões em 2017 e estimativa de R\$ 58 milhões em 2023.

Por fim, a Tabela 2.11 apresenta os dados da aquicultura e piscicultura no estado do Acre. O Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) indica que 94% do valor da produção da aquicultura naquele ano (R\$ 24,2 milhões) consistiram em produtos da piscicultura registrados em 1.646 estabelecimentos. Já os dados da estimativa de 2023 da PPM (IBGE, 2023c) indicam o valor da produção da piscicultura de R\$ 35 milhões, sendo o tambaqui responsável por 38% deste total (R\$ 13,3 milhões). Outras espécies em destaque na piscicultura no estado do Acre são pirapitinga (R\$ 5 milhões), curimatá (R\$ 4,3 milhões) e piau (R\$ 4,3 milhões). Embora os dados relativos à pesca artesanal não sejam informados nas pesquisas do IBGE, o Painel Unificado de Registro da Atividade Pesqueira, do Ministério da Pesca e Aquicultura (Brasil, 2024a), registra, para o estado do Acre, o quantitativo de 12.313 pescadores.

Os dados apresentados nas tabelas anteriores são ilustrados em três gráficos, que sintetizam informações para o conjunto de atividades dos setores agropecuário e extrativista no estado do Acre. São utilizadas cores

12.313

Número de pescadores

Painel Unificado do Registro Geral da Atividade Pesqueira

Fonte: Brasil (2024a).

Tabela 2.11. Produtos da aquicultura e piscicultura no estado do Acre.

Aquicultura e piscicultura	Agro 2017 ⁽¹⁾			PPM 2023 ⁽²⁾	
	Número de estabelecimentos agropecuários	Produção (t)	Valor (mil R\$)	Produção (kg)	Valor (mil R\$)
Total aquicultura	1.655	...	24.239	...	...
Total piscicultura	1.646	3.120	22.675	...	35.046
Carpa	...	...	...	...	...
Curimatá	...	...	...	334.906	4.310
Dourado	...	...	...	...	...
Jatuarana	...	...	...	...	...
Lambari	...	...	...	...	...
Matrinxã	...	...	...	188.035	2.803
Pacu e patinga	...	...	...	6.000	66
Piau e piapara	...	...	...	305.368	4.269
Pintado (surubim)	...	...	...	41.206	646
Pirapitinga	...	...	...	387.774	5.067
Pirarucu	...	...	...	29.500	468
Tambacu	...	...	...	178.177	2.135
Tambaqui	...	...	...	1.009.247	13.300
Tilápia	...	...	...	15.455	187
Traíra	...	...	...	...	...
Tucunaré	...	...	...	...	...
Outros peixes	...	...	...	...	...

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção pecuária municipal (PPM) (IBGE, 2023c).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023c).

distintas, indicadas pela legenda, para sete segmentos: extrativismo, culturas perenes de espécies nativas, culturas perenes de espécies exóticas, culturas anuais, criação animal, produtos derivados da criação animal e piscicultura. A Figura 2.6 sintetiza a frequência das atividades econômicas específicas nos estabelecimentos agropecuários do estado, indicando o número de unidades que declararam produção extrativista, agrícola ou animal.

A Figura 2.7 apresenta o valor da produção total (e não apenas daquela derivada da venda) obtida nesses estabelecimentos para cada cultura, espécie ou produto, de acordo com IBGE (2017), enquanto a Figura 2.8 apresenta os valores de acordo com as estimativas das pesquisas anuais de PEVS, PAM e PPM de 2023 (IBGE, 2023a, 2023b, 2023c).

A Tabela 2.12 e as Figuras 2.9 e 2.10 sintetizam comparativamente os valores das receitas provenientes de cada um desses segmentos produtivos para os dois períodos e fontes de dados utilizados. A tabela reporta os valores absoluto e relativo da produção agropecuária, extrativista e da silvicultura no estado do Acre, de acordo com tipologia de 11 atividades econômicas, enquanto as figuras apresentam a contribuição percentual de cada atividade no valor total da produção, de acordo, respectivamente, com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) e com as pesquisas anuais referentes ao ano de 2023 (IBGE, 2023a, 2023b, 2023c).

Na tabela e nas figuras, o valor da produção do extrativismo vegetal é apresentado separadamente para extrativismo madeireiro e não madeireiro, sendo que o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) apresenta dados de três produtos madeireiros: lenha, madeira em tora para papel e madeira em tora para outras finalidades. Já as estimativas anuais de IBGE (2023a) relativas à extração vegetal madeireira incluem dados para

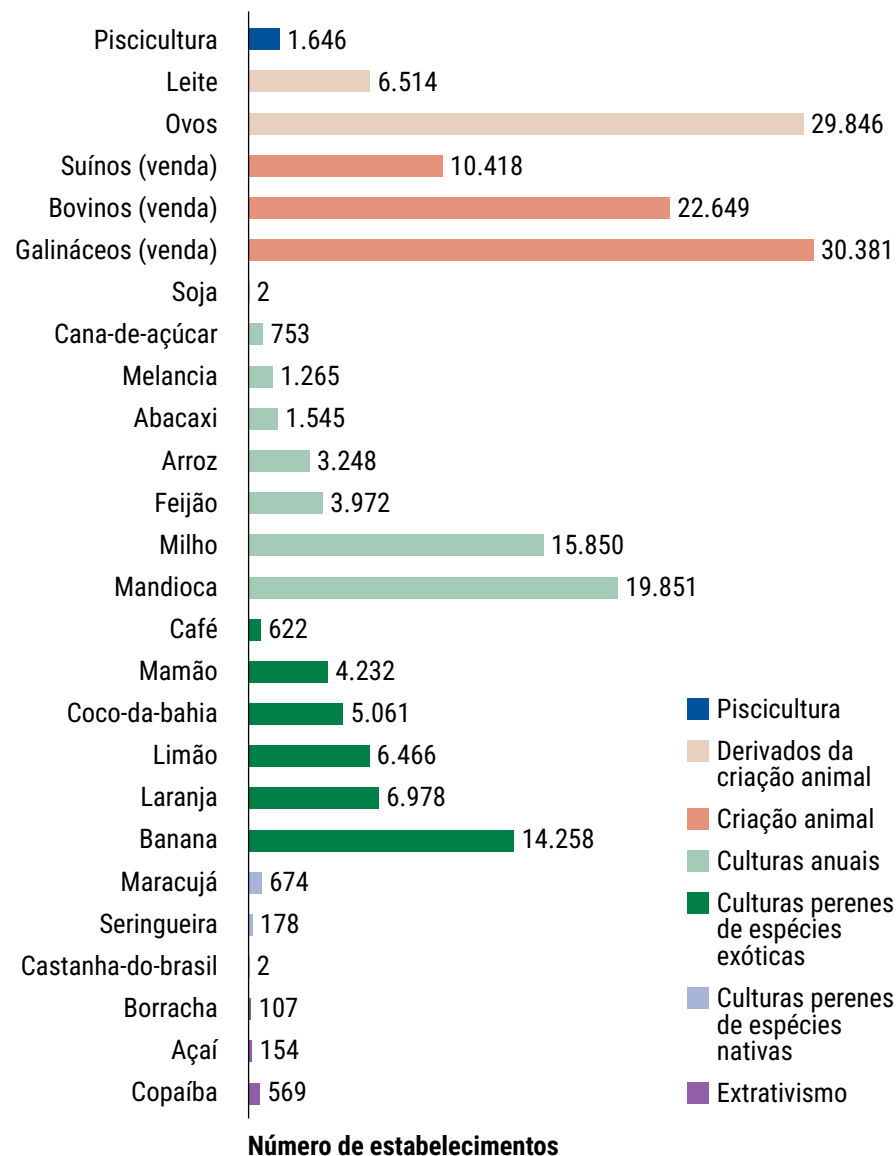


Figura 2.6. Número de estabelecimentos agropecuários com registro de produção no estado do Acre.

Fonte: IBGE (2017).

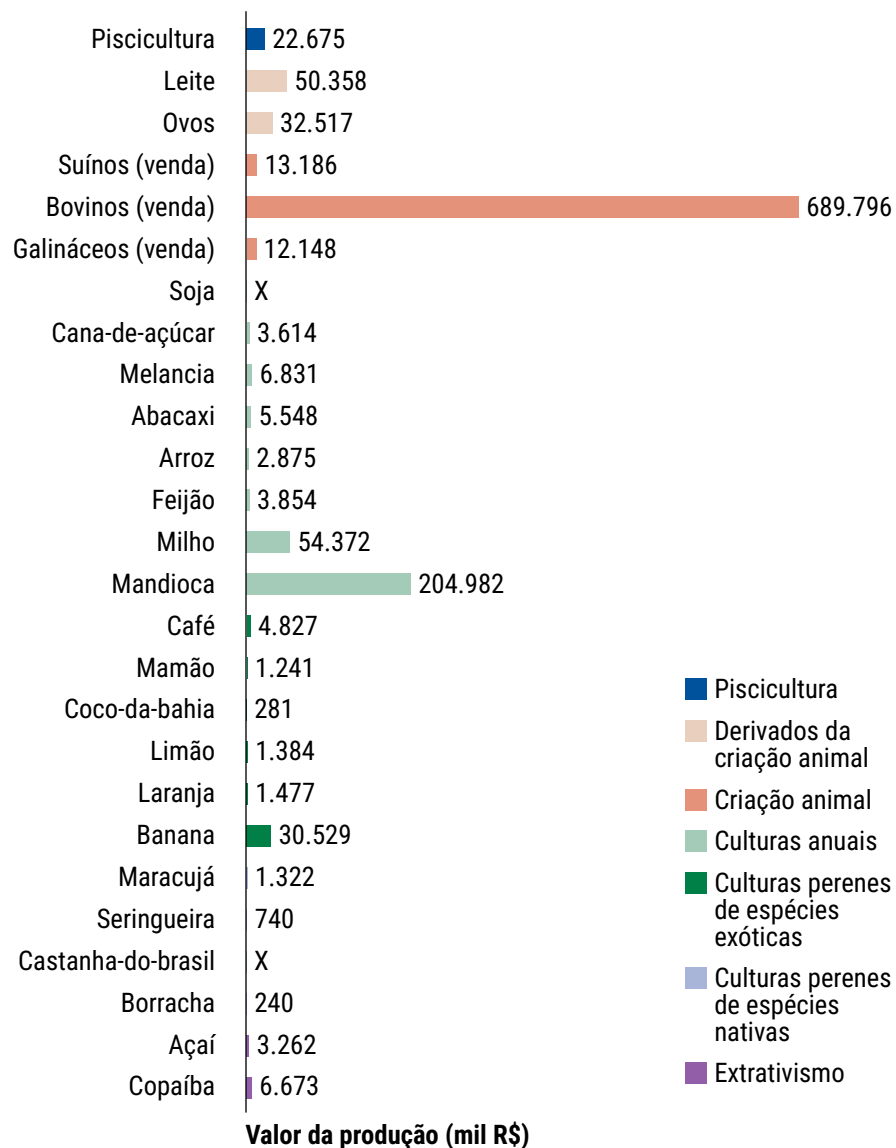


Figura 2.7. Valor (em mil R\$) das produções agropecuária e da extração vegetal no estado do Acre, conforme o Censo Agropecuário de 2017.

X: Respostas omitidas (por terem menos de três informantes).

Fonte: IBGE (2017).

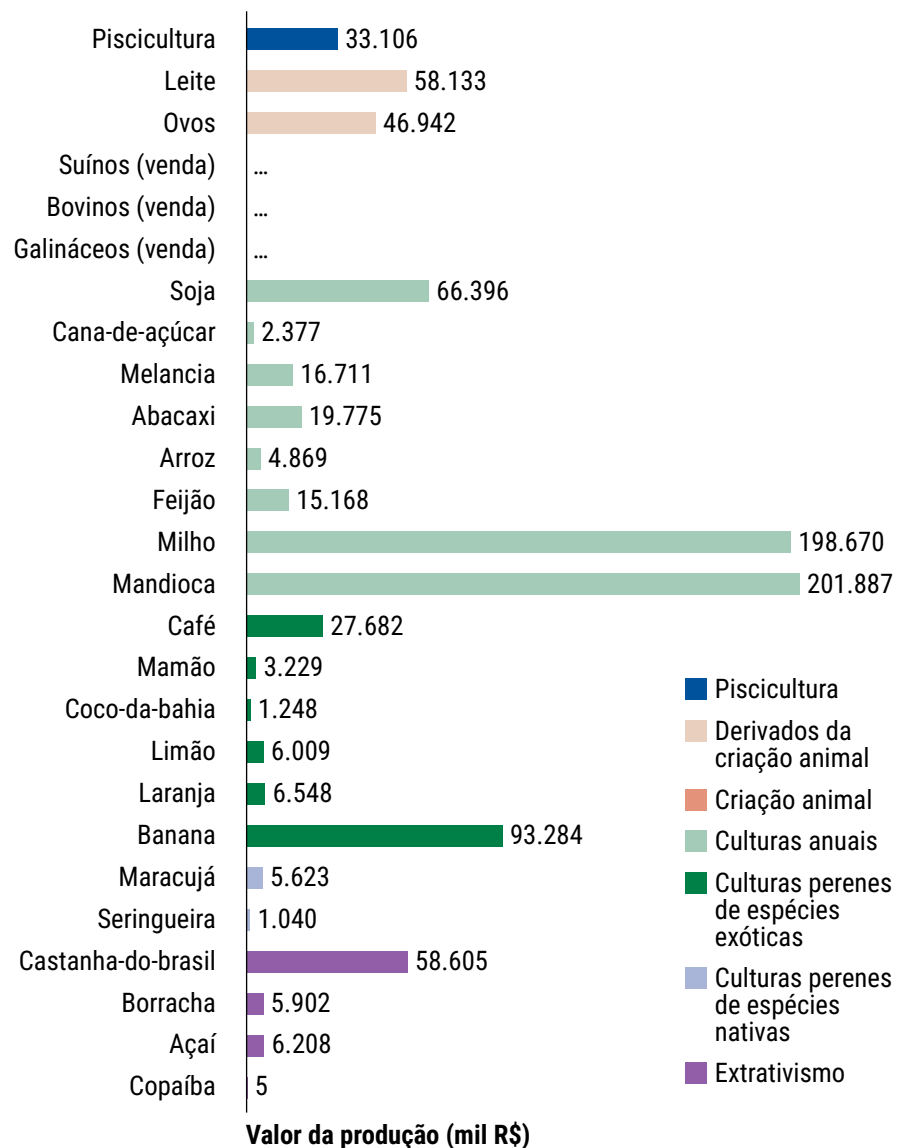


Figura 2.8. Valor (em mil R\$) das produções agropecuária e da extração vegetal no estado do Acre, conforme as estimativas de 2023.

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Fonte: IBGE (2023a, 2023b, 2023c).

Tabela 2.12. Valor das produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura no estado do Acre.

Produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura	Agro 2017 ⁽¹⁾		PAM, PEVS e PPM 2023 ⁽²⁾	
	Valor (mil R\$)	Participação no valor total (%)	Valor (mil R\$)	Participação no valor total (%)
Extrativismo não madeireiro	22.965	1,9	85.989	8,5
Extrativismo madeireiro	3.941	0,3	27.807	2,8
Culturas perenes: espécies nativas	3.781	0,3	9.234	0,9
Culturas perenes: espécies exóticas	41.485	3,5	160.899	15,9
Culturas anuais: agricultura familiar	246.542	20,8	568.831	56,4
Culturas anuais: agricultura empresarial	37.305	3,1		
Silvicultura	...	0,0	...	0,0
Pecuária: venda de bovinos	689.796	58,2	...	...
Pecuária: venda de outras criações	31.127	2,6	...	...
Produtos da criação animal (leite, ovos, mel)	83.679	7,1	120.995	12,0
Piscicultura e aquicultura	24.239	2,0	35.046	3,5
Total	1.184.860	100,0	1.008.801	100,0

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 relacionadas a todas as suas categorias: produção agrícola municipal (PAM) (IBGE, 2023a), produção da extração vegetal e da silvicultura (PEVS) (IBGE, 2023b) e produção pecuária municipal (PPM) (IBGE, 2023c).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023a, 2023b, 2023c).

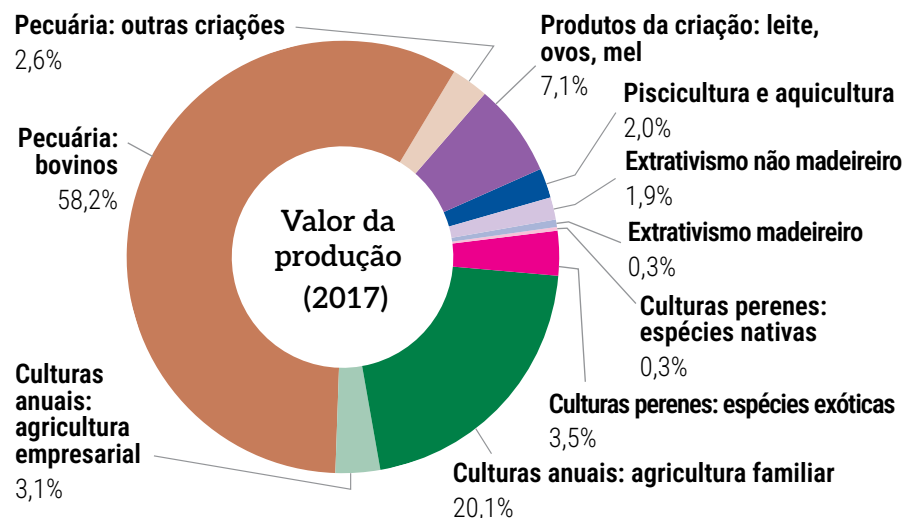


Figura 2.9. Valor das produções agropecuária e da extração vegetal no estado do Acre, em relação ao valor total, conforme o Censo Agropecuário de 2017.

Fonte: IBGE (2017).

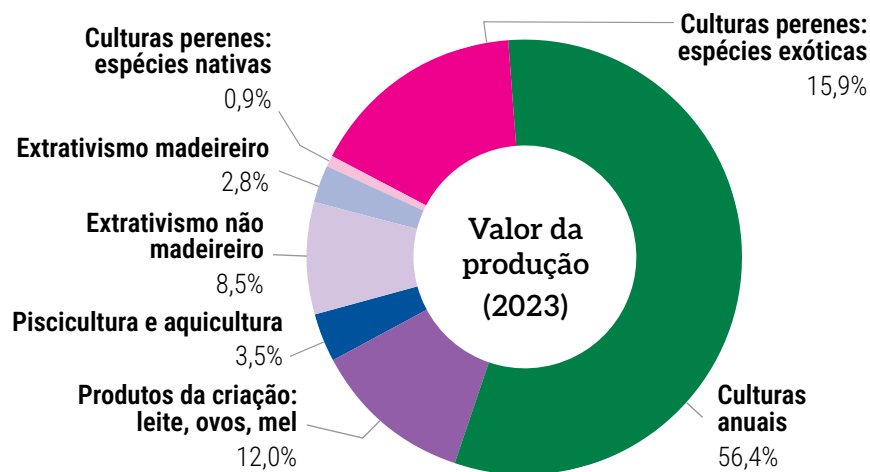


Figura 2.10. Valor das produções agropecuária e da extração vegetal no estado do Acre, em relação ao valor total, conforme as estimativas de 2023.

Fonte: IBGE (2023a, 2023b, 2023c).

lenha, madeira em tora (de forma agregada) e carvão vegetal, que não constam da relação reportada por IBGE (2017).

Na Tabela 2.12, os produtos da agricultura são apresentados em quatro categorias: culturas perenes de espécies nativas, culturas perenes de espécies exóticas, culturas anuais produzidas pela agricultura familiar e culturas anuais produzidas por outros estabelecimentos agropecuários (aqui designados como agricultura empresarial). Esta última distinção, contudo, só está disponível em IBGE (2017). Outra diferença importante entre as duas fontes de dados reside na categoria pecuária: ao contrário de IBGE (2017), que informa o valor do rebanho comercializado no ano de referência, as estimativas de 2023 para a produção da pecuária exceto para piscicultura e aquicultura (IBGE, 2023c) não incluem a receita da venda de animais, limitando-se a reportar o valor da produção derivada da criação animal (leite, ovos, mel); isso reduz significativamente a porcentagem do valor derivado da produção animal, quando comparada com os dados de IBGE (2017).

Analisando os dados apresentados, constata-se que o conjunto das produções agropecuária, extrativista e da silvicultura no estado do Acre alcançou, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), um valor próximo a R\$ 1,2 bilhão, sendo que a venda de bovinos representou 58% deste total. Em seguida, aparece o valor de culturas anuais produzidas pela agricultura familiar (com destaque para a mandioca), com quase 21% do total, seguida dos produtos da criação animal (7%) e de culturas de espécies perenes exóticas (3,5%). Já as estimativas para 2023 obtidas a partir das pesquisas anuais do IBGE (2023a, 2023b, 2023c), que não incluem a receita da venda do rebanho animal, totalizam R\$ 1,0 bilhão, dos quais 56% são provenientes de culturas anuais, seguidas de culturas perenes de espécies exóticas (16%) e de produtos da criação animal (12%).



2.5

Indicadores sociais

Os dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) no estado do Acre indicam, para julho de 2025, um total de 207.771 famílias inscritas. Embora não exista uma correspondência exata entre o número de famílias e o de domicílios particulares permanentes, que, no Acre, totalizaram 261.001, conforme apurado pelo Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022a), o número de famílias inscritas no CadÚnico representa 79,6% desses domicílios do estado. Desse total, cerca de 120 mil famílias (57,5%) correspondiam àquelas em condição de maior vulnerabilidade ou em situação de pobreza, enquanto cerca de 39 mil (19%) eram consideradas de baixa renda. A Figura 2.11 indica que cerca de 62% das famílias inscritas no CadÚnico no estado do Acre são beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo que esse percentual alcançava 93,5% das famílias em situação de pobreza e 42% as famílias de baixa renda.

Em 2022, o estado do Acre apresentou produto interno bruto (PIB) per capita de R\$ 28.525 (IBGE, 2024a), equivalente a 57,5% do PIB per capita nacional para o mesmo ano (R\$ 49.638,20).

Criado em 1990, o índice de desenvolvimento humano (IDH) global vem sendo publicado anualmente desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IDH foi desenvolvido como alternativa ao PIB,

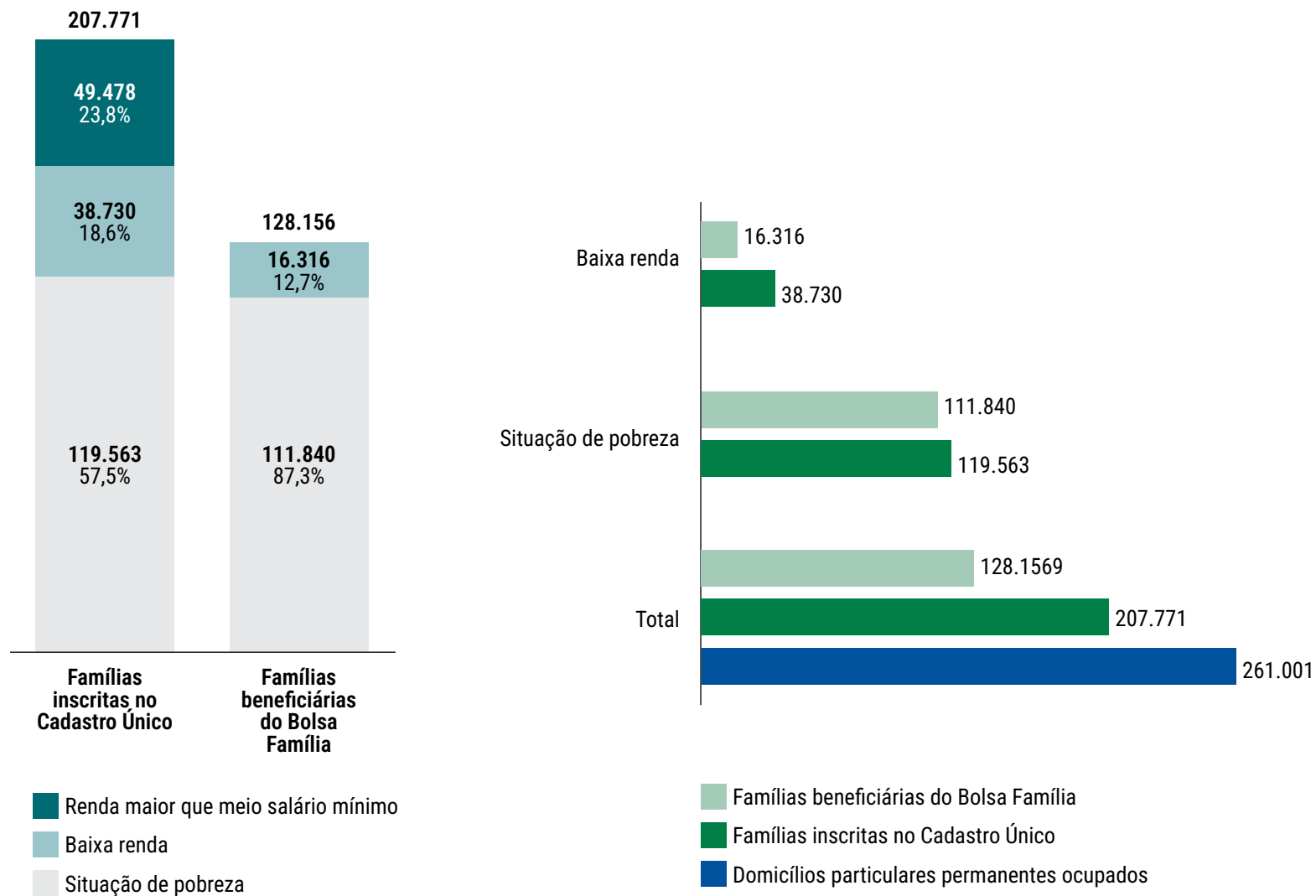


Figura 2.11. Famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) no estado do Acre.

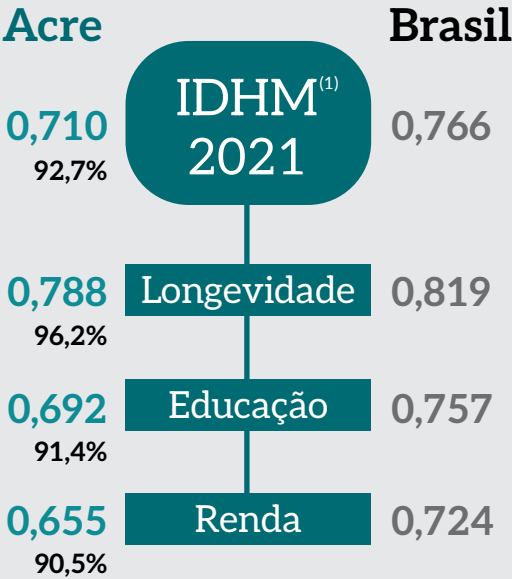
Fonte: IBGE (2022a) e Brasil (2025a, 2025b).

para enfatizar que as pessoas e o desenvolvimento de suas capacidades devem estar no centro das decisões ao avaliar o desenvolvimento de um país (Atlas.BR, 2024).

No Brasil, o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) é composto pelas mesmas três dimensões do IDH global – longevidade, educação e renda – e ajusta a metodologia global à disponibilidade de indicadores nacionais. O IDHM utiliza dados tanto da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) como dos censos demográficos para sua construção.

Considerando as três dimensões do IDHM, o desempenho do estado do Acre, em 2021, calculado com base nos dados da PNAD, foi de 0,710, sendo que o melhor resultado foi para a dimensão “longevidade” (0,788), seguida de “educação” (0,692) e “renda” (0,655) (Atlas.Br, 2021). Em comparação com o IDHM calculado para o País, o resultado para o Acre variou de 90,5% (renda) a 96,2% (longevidade), sendo que o IDHM geral do estado representou 92,7% do total nacional (Pnud Brasil, 2024).

O IDHM afere as condições de vida e acesso às oportunidades para indivíduos que lhes permitam, em maior ou menor medida, alcançar a vida que desejam. Já o índice de vulnerabilidade social (IVS), criado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a partir de dados do censo demográfico, complementa o IDHM ao aferir situações que desfavorecem a inserção social e oportunidades. Os valores do IVS são expressos em uma escala de 0 a 1 com três casas decimais, em que 0 corresponde à ausência de vulnerabilidade e 1 à vulnerabilidade máxima. O IVS é classificado em cinco intervalos correspondentes a graus qualitativos de vulnerabilidade (0 – 0,200, muito baixo; 0,201 – 0,300, baixo; 0,301 – 0,400, médio; 0,401 – 0,500, alto; e acima de 0,50 – muito alto). O IVS para o estado do Acre, no ano de 2010, era de 0,442 (Figura 2.12). Dos três subíndices do IVS, o de maior vulnerabilidade no estado era o capital humano (0,556), enquanto infraestrutura urbana apresentava o melhor desempenho (0,365).



(1) IDHM: Índice de desenvolvimento humano municipal.
Fonte: Atlas.Br (2021, 2024) e Pnud Brasil (2024).

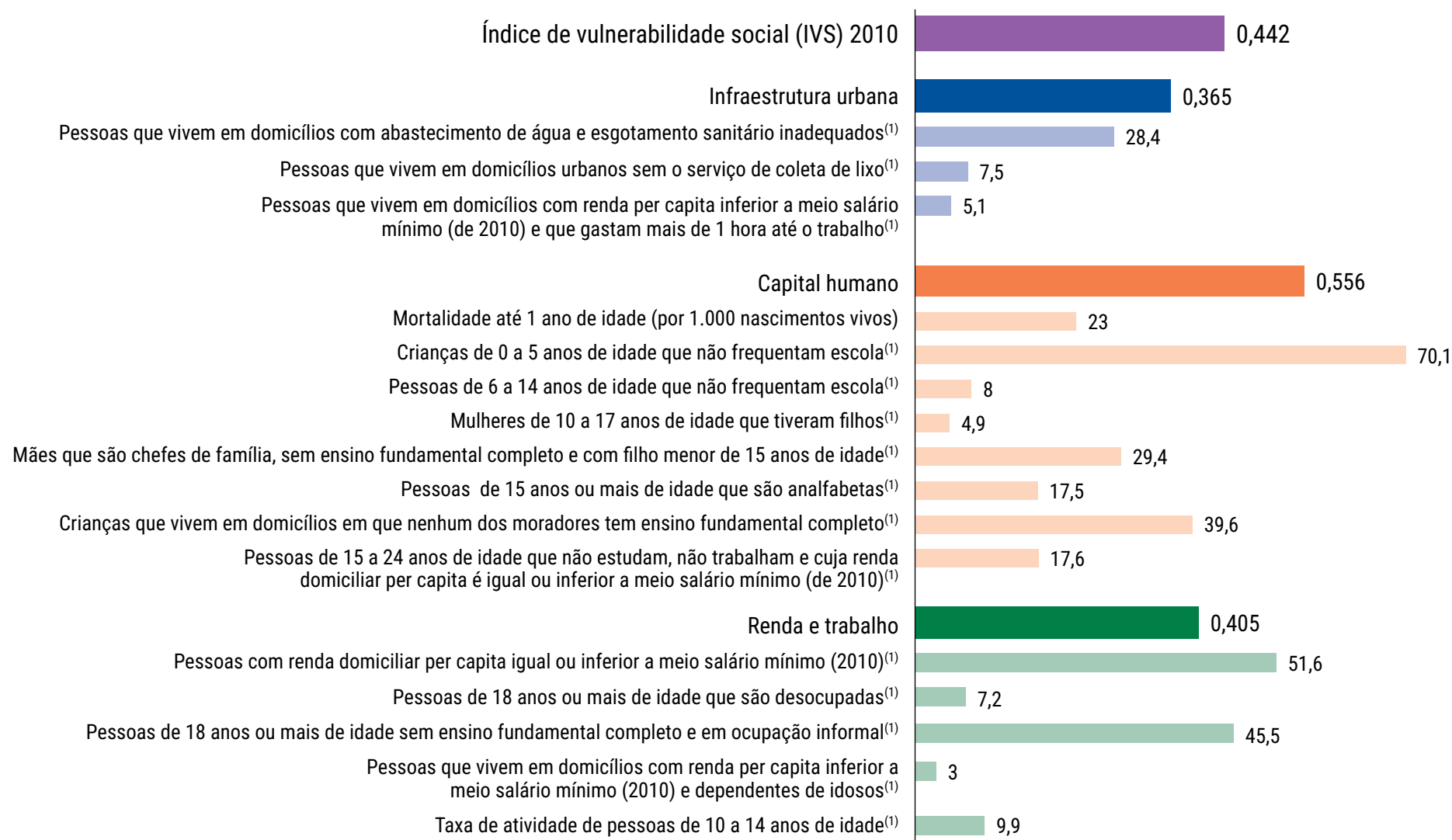


Figura 2.12. Índice de vulnerabilidade social (IVS) do estado do Acre em 2010, incluindo subíndices.

⁽¹⁾ Valores originais dos componentes de cada eixo IVS (em porcentagem) são expressos como fração decimal.

Fonte: Adaptado de Ipea (2010).

O índice de progresso social Brasil (IPS Brasil) é uma iniciativa do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) em parceria com outros órgãos. Conforme apresentado na Figura 2.13, o IPS Brasil 2024 alcançava 62,39 para o estado do Acre. O componente de melhor desempenho no estado resultou ser “necessidades humanas básicas” (62,57), com destaque positivo para o indicador associado à “moradia” (78,01) e negativo para “água e saneamento” (47,28). A dimensão “fundamentos do bem-estar” vem em seguida (59,85), com melhor desempenho para “acesso ao conhecimento básico” (66,01) e pior desempenho para “qualidade do meio ambiente” (53,06). Dentre as três dimensões do IPS Brasil, a que apresentou pior desempenho no estado do Acre foi “oportunidades” (43,52), sendo que o destaque negativo foi atribuído a “direitos individuais” (35,02).

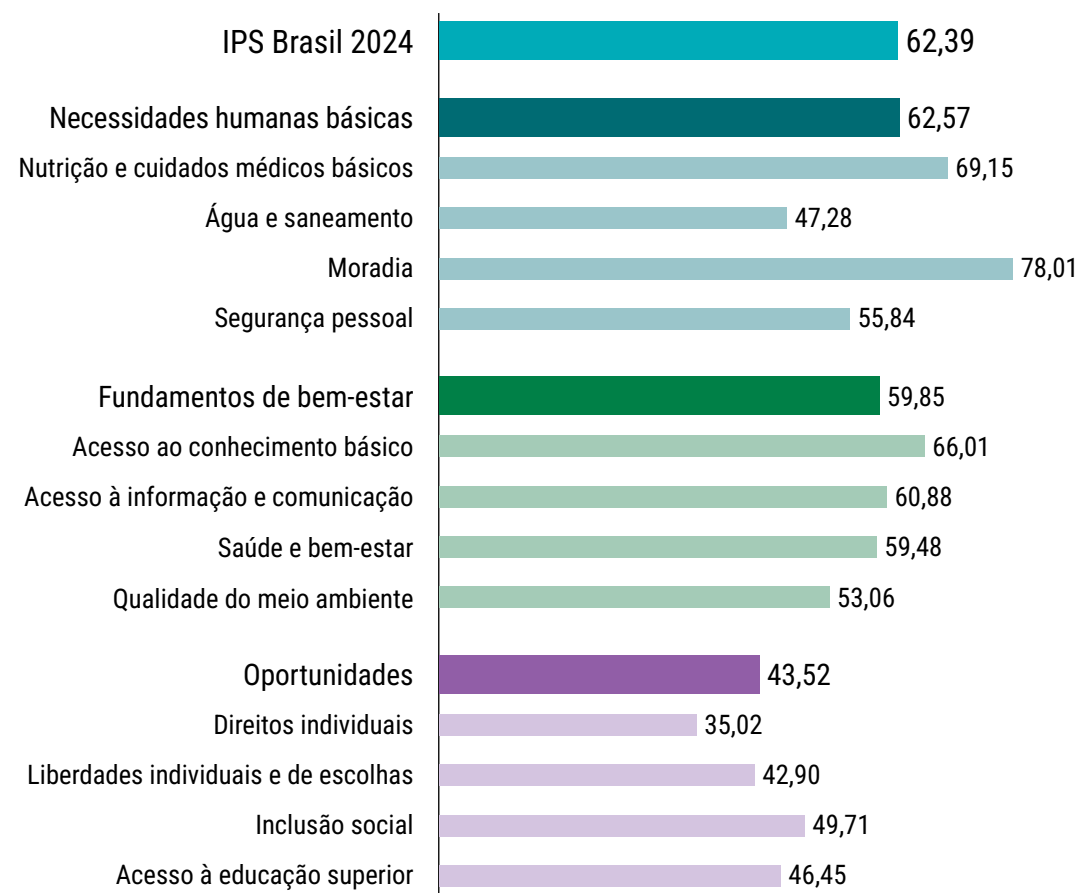


Figura 2.13. Índice de progresso social Brasil (IPS Brasil) de 2024 do estado do Acre.

Fonte: IPS Brasil (2024).

2.6

Referências

ACRE. Decreto nº 503 de 6 de abril de 1999. Institui o Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, 7 abr. 1999.

ACRE. Lei nº 2.308 de 22 de outubro de 2010. Cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA, o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais - ISA Carbono e demais Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecosistêmicos do Estado do Acre e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, 5 nov. 2010b.

ACRE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre. **Recursos naturais: biodiversidade e ambientes do Acre: zoneamento ecológico-econômico fase II - escala 1: 250.000**. - Rio Branco, AC: Sema, 2010a. 130 p. (Coleção temática do ZEE; Livro temático, v. 3).

ACRE. Secretaria de Estado de Planejamento. **Acre em números: meio ambiente e povos originários**. Rio Branco, AC: Sema, 2023. Disponível em: <https://seplan.ac.gov.br/acreemnumeros/meio-ambiente-e-povos-originarios/>. Acesso em: 8 out. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Cursos d'Água: base hidrográfica Ottocodificada Multiescalas 2017** (BHO 2017). Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://metadados.inde.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/metadata/0c698205-6b59-48dc-8b5e-a58a5dfcc989>. Acesso em: 15 out. 2024.

ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. 2002. 827 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/04T00006.pdf>. Acesso em: 8 maio 2025.

ATLAS.BR. **Desenvolvimento humano**. 2024. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/atlas>. Acesso em: 8 maio 2025.

ATLAS.BR. **Ranking**. 2021. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 8 maio 2025.

BRASIL. Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 6, 11 jul. 2002.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Painel Unificado do RGP**. Brasília, DF, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/painel-unificado-do-registro-geral-da-atividade-pesqueira>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Cadastro Único**. Brasília, DF, 2025a. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Vis Data 3 beta**. Brasília, DF, 2025b. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 1 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC**. Brasília, DF, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/areas-protegidas/plataforma-cnuc-1>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**: ano-base 2021. Brasília, DF, 2021.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Observatório terras quilombolas**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://cpisp.org.br/>

[direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/](https://www.cptl.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/). Acesso em: 15 out. 2024.

FUNAI. **Terras indígenas**: dados geoespaciais e mapas. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Base Cartográfica Vetorial Contínua do Estado do Acre, escala 1:100.000 – BC100_AC, versão 2023**. Rio de Janeiro, 2023d. Disponível em: https://geofp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/bases_cartograficas_continuas/bc100/. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Bases Cartográficas Contínuas – Brasil**: escala 1:250.000 – BC250, versão 2023. Rio de Janeiro, 2023e. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Censo 2010**: Tabela 9923 - População residente, por situação do domicílio. Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9923>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017/resultados-definitivos#extracao-vegetal>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Censo demográfico 2022**: população e domicílios - primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro, 2022a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Cidades e Estados**. Rio de Janeiro, 2024b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ac.html>. Acesso em: 8 out. 2024.

IBGE. Em 2022, PIB cresce em 24 unidades da federação. **Agência IBGE Notícias**. Rio de Janeiro, 14 nov. 2024c. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41893-em-2022-pib-cresce-em-24-unidades-da-federacao>. Acesso em: 8 maio 2025.

IBGE. **Malha Municipal**. Rio de Janeiro, 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?edicao=36516&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM**. Rio de Janeiro, 2023c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal – PAM**. Rio de Janeiro, 2023a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS**. Rio de Janeiro, 2023b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/tabelas>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2024**: análise das condições de vida da população brasileira: 2023. Rio de Janeiro, 2024a. 152 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102052>. Acesso em: 15 out. 2024.

INCRA. **Projetos de assentamentos total**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://acervofundiario.incr.gov.br/acervo/acv.php>. Acesso em: 15 out. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (Brasil). **TerraBrasilis. PRODES (Desmatamento)**. 2025. Disponível em: <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/amazon/increments>. Acesso em: 15 maio 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Painel de dados**. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/paineldedados>. Acesso em: 15 jul. 2025a.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Situação atual das terras indígenas**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em: 15 jul. 2025b.

IPEA. **Índice de Vulnerabilidade Social**. 2010. Disponível em: <https://ivs.ipea.gov.br/#/>. Acesso em: 15 maio 2025.

IPS BRASIL. **Índice de Progresso Social Brasil 2024**: qualidade de vida nos 5.570 municípios do Brasil. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. 2024. Disponível em: https://fly.storage.tigris.dev/small-sky-6309/bb244d50-af79-4b62-9b2a-4c001f16ffc8-relatorio_completo.pdf. Acesso em: 30 dez. 2024.

MAPBIOMAS. **Coleção 9 do MapBiomas da Série Anual de Mapas e Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. 2025. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/cobertura>. Acesso em 15 maio 2025.

MAPBIOMAS. **Descrição das classes da legenda da coleção 9 do MapBiomas Brasil**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2024/08/Legenda-Colecao-9-Descricao-Detalhada-PDF-PT.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2024a.

MAPBIOMAS. **O que é MapBiomas**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/faq/o-que-e-o-mapbiomas/>. Acesso em: 30 dez. 2024b.

MARTINELLO, P. **A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial**. 3. ed. Rio Branco: Eudfac, 2024. 368 p.

PLANET LABS PBC. **Latest PS Tropical Visual Biannual Archive – Tropical Forest Observatory (TFO)**. [S.l.], 2024. Disponível em: <https://www.planet.com/tropical-forest-observatory/>. Acesso em: 15 out. 2024.

PNUD BRASIL. **Painel IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/painel-idhm>. Acesso em: 30 out. 2024.

SIMONI, J. S. **A multidimensionalidade da valorização de produtos locais**: implicações para políticas públicas, mercado, território e sustentabilidade na Amazônia. 2009. 391 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF.